

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Adelson Severino Vieira da Silva

DE BUSH A OBAMA

**Uma análise da ingerência dos Estados Unidos no
Afeganistão pós 11 de setembro**

Recife
2010

Adelson Severino Vieira da Silva

DE BUSH A OBAMA

Uma análise da ingerência dos Estados Unidos no Afeganistão pós 11 de setembro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais à Faculdade Damas da Instrução Cristã – PE, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais.

Professor Orientador: Elton Gomes

Recife
2010

Silva, Adelson Severino Vieira da
De Bush a Obama: uma análise da ingerência dos Estados Unidos no Afeganistão pós
11 de setembro. / Adelson Severino Vieira da Silva: O Autor, 2010.

57 folhas.

Orientador(a): Elton Gomes dos Reis
Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã. Trabalho de
conclusão de curso, 2010.

Inclui bibliografia.

1. Estados Unidos. 2. Afeganistão 3. Terrorismo 4. Jogo de poder I. Gomes, Elton. II.
Silva, /adelson Severino da. III. Título.

327 CDU (2ªed.)
327 CDD (22ª ed.)

Faculdade Damas
TCC 2010-013

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Adelson Severino Vieira da Silva

DE BUSH A OBAMA

**Uma análise da ingerência dos Estados Unidos no
Afeganistão pós 11 de setembro**

Data da defesa: 10 de dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

Assinatura:

Prof. Msc. Elton Gomes, Orientador

Assinatura:

Prof. Dr. Thales Castro, Examinador

Assinatura:

Prof^a. Dr^a. Margarita Neves, Professora da Disciplina

Recife
2010

AGRADECIMENTOS

A conclusão do curso de Relações Internacionais é uma grande vitória. Em meio a essa árdua e maravilhosa caminhada encontrei muitas pessoas importantes e que, por estarem ao meu lado dando força para seguir em frente, prestarei, brevemente, os meus sinceros agradecimentos:

Primeiramente agradecer a Deus e aos meus pais por toda perseverança e confiança em mim. Todo o apoio foi imprescindível para seguir a diante mesmo nos momentos mais difíceis de minha vida.

A Rede Damas, por ter me proporcionado essa Bolsa de Estudos desde o Ensino Médio no *Damas – Santa Cristina em Nazaré da Mata* até a minha graduação em Relações Internacionais na *Faculdade Damas da Instrução Cristã*. Ter conseguido tal dádiva, fez com que eu crescesse tanto de maneira pessoal como profissional. Hoje imagino o quão grandioso foi o presente deixado em minha vida. Obrigado pela semente plantada!

A todos os meus colegas de classe Íris, Wellington, Vinícius, Priscila, Danielle e especialmente, a Micheli, Lorieli e Marta que me acompanharam desde o Ensino Médio. Saibam que em todos esses anos tivemos momentos surpreendentes e inesquecíveis.

Ao meu orientador Elton Gomes, não só por toda a instrução durante a elaboração do meu trabalho de conclusão de curso, mas também pela dedicação, boa vontade e força para a vida acadêmica.

Ao prof^o Thales Castro e a prof^a Margarita Neves por terem compartilhado suas experiências com muito entusiasmo e paciência. O acompanhamento e atenção prestados por vocês foram fundamentais para a realização do meu trabalho de conclusão de curso.

Enfim, agradeço a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente durante todos esses anos para que eu pudesse concluir minha graduação e ser hoje um Internacionalista.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais pelo total apoio e força para que eu pudesse iniciar minha vida acadêmica. Acreditar em sonhos e torná-los realidade constituíram relevantes engrenagens para caminharmos juntos durante todos esses anos.

RESUMO

O presente trabalho analisa as conjunturas do conflito ocorrido após 11 de setembro de 2001 no Afeganistão e os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos em continuarem suas ações militares no território. Inicialmente faz-se uma análise do terrorismo e as Relações Internacionais com os ataques de 11 de setembro, discutindo, dessa forma, a presença dos atores envolvidos ao longo do conflito e suas implicações para o cenário regional e internacional. Apresenta ainda, a dinâmica do processo de atuação das forças de coalizão em torno da contenção dos Talibãs, interligadas aos seus respectivos interesses nacionais, como parte da política de segurança estratégica dos Estados Unidos em nome do terrorismo internacional, durante o governo de George W. Bush e Barack Obama, na busca da manutenção da paz e da segurança internacionais. Finalmente, fazem-se algumas considerações sobre a guerra e a paz no Afeganistão, através de teóricos do neo-realismo das Relações Internacionais, trazendo, assim, temas pertinentes desse complexo jogo de força, poder e interesses entre os Estados envolvidos.

Palavras-chave: Política Externa; Ingerência; Terrorismo; Estados Unidos; Afeganistão; Jogo de Poder.

ABSTRACT

In this work we analyze the whole process of the conflict that happened after September 11, 2001 in Afghanistan with focus on political and economic interests of the United States to continue its military actions in the territory. Initially it is an analysis between terrorism and international relations with the attacks of Sept. 11, arguing, thus the presence of the actors involved throughout the conflict and its implications for regional and international scenario. Moreover, purpose relevant issue how the actions of coalition forces around the containment of the Taliban, connected in each national interests, through strategic security policy of United States to international terrorism during George W. Bush and Barack Obama government to maintaining international peace and security. Finally, considerations are mentioned about peace e war in the Afghanistan based on neo-realism theory of International Relations, bringing relevant issues of this complex game of strength, power and interests among nations.

Keywords: Foreign Policy; Interference; Terrorism; United States; Afghanistan; Power Game.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

CIA – *Central Intelligence Agency* - Agência Central de Inteligência

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

DI – Direito Internacional Público

EUA – Estados Unidos da América

ISAF – *International Security Assistance Afghanistan* – Força Internacional de Assistência de Segurança

OEF – *Operation Enduring Freedom* - Operação Liberdade Duradoura

ONG – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

SI – Sistema Internacional

PIB – Produto Interno Bruto

UNAMA – *United Nations Mission to Afghanistan* – Missão das Nações Unidas para o Afeganistão

UNMOVIC – *United Nations Monitoring Verification and Inspection Commission*

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WTC – World Trade Center

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - O TERRORISMO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	14
1.1 Os ataques de 11 de setembro de 2001 e o Afeganistão	17
1.2 Uma análise organizacional do Talibã	21
CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS	27
2.1 As coalizões políticas no conflito do Afeganistão	32
2.2 As ações militares dos governos de Bush e Obama no Afeganistão	34
2.3 A Guerra Preventiva – o argumento do império	38
CAPÍTULO 3 - O COMPLEXO JOGO DE FORÇA, PODER E INTERESSE	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

INTRODUÇÃO

Os estudos concentrados em torno da Política de Segurança Internacional dos Estados Unidos logo após 11 de setembro de 2001 - 11/09 fizeram vários teóricos perceber uma mudança significativa nos paradigmas das Relações Internacionais. Logo após a II Grande Guerra, o mundo foi marcado pela disputa hegemônica entre os Estados Unidos - EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, criando uma ordem mundial bipolar e caracterizando o que se chamou de Guerra Fria (Waltz, 1979). Com o colapso da União Soviética em 1989, e mais precisamente com a queda do muro de Berlim em 1991, os Estados Unidos emergiam como principal ator no Sistema Internacional - SI configurando uma Nova Ordem Mundial.

Em 11 de setembro de 2001, o mundo assistia instantaneamente aos ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono nas cidades de New York e Washington, respectivamente, que, tendo como alvo civis não combatentes, fez o governo estadunidense encabeçado por George W. Bush, presidente dos Estados Unidos no período de 2001-2008, dar início a uma intervenção no Afeganistão meses após os ataques. Essa ação unilateralista, sustentada em um pensamento neoconservador, constituiu o período da *Doutrina Bush* ao longo do seu governo, fortalecendo o argumento da potência em outras intervenções. A segurança internacional dos Estados Unidos, que até então não poderia ser questionada nem ser um suposto alvo de ataques devido ao imenso aparato militar - econômico, foi abalada e posta em xeque por ações de um novo ator no cenário internacional: os grupos terroristas (Ayerbe, 2005).

O Terrorismo Internacional fez repensar todo o arcabouço do Direito Internacional - DI ao passo que as conduções e normas de guerra estavam centradas fundamentalmente no modelo clássico estabelecido com base na paz de Westfália de 1648¹. Assim, os Estados, com a *suma potestas*, eram os únicos atores que podiam declarar guerra e os principais condutores do Sistema Internacional do ponto de vista do Direito Internacional. Com os ataques de 11 de setembro essas forças, denominadas terroristas, tornaram-se um dilema para o Direito

¹ O Tratado de paz de Westfália encerrou a guerra dos Trinta Anos no século XVII, tendo como principais princípios: a não intervenção, a autodeterminação e reconhecimento mútuo da soberania dos Estados no Sistema Internacional.

Internacional, modificando e abalando, significativamente, as estruturas da hegemonia dos Estados Unidos.

No Afeganistão, as forças do Talibã têm assumido um papel político de grandes proporções na tomada de decisões dentro do território. Verifica-se na história do Afeganistão, o crescente poder dos Talibãs logo após o desmantelamento do bloco soviético e uma expressiva expansão no controle do território. Dessa forma, a figura de Osama Bin Laden² aparece como a de um dos líderes talebãs a ser combatido em nome da *Guerra contra o Terrorismo Internacional*. Esse terrorismo se insere em um contexto político internacional, trazendo uma inquietação às normas de Direito Internacional e se instalando entre uma linha tênue das políticas interna e externa do Estado. Com os ataques aos Estados Unidos, as políticas de segurança nacional e internacional acabaram sofrendo algumas transformações no cenário pós 11 de Setembro que se concretizaram com as operações militares no Afeganistão e no Iraque (Bobbio, 2007).

Antes da intervenção estadunidense, o Afeganistão, em contraste com uma razoável oposição da Frente Unida, estava sob o controle do Talibã. Este, possuindo uma diversidade de etnias como tadjiques, hazaras, usbeques, entre outras, é formado majoritariamente por mulçumanos sunitas da etnia pashtun³, que por sua vez tem marcado fortemente a história do Afeganistão. Além do mais, acolhendo distintas hierarquias e estruturas organizacionais, assumia elementos religiosos conservadores, compostos em sua maioria por mulçumanos, apresentando expressiva interação com a Al-Qaeda. Logo após a retirada dos soviéticos em 1989, o Talibã, como esperança de paz, ganhava espaço no território afegão, que até então passava por conflitos civis, chegando a ocupar em 1997 cerca de 95% do Afeganistão (Arantes Jr, 2002). No entanto, em 2002 o regime Talibã acabou sendo derrubado pelas coalizões políticas lideradas pelos Estados Unidos.

O Afeganistão, dessa forma, acabou sendo invadido e sufocado pelas forças de coalizão lideradas pelos EUA. O país, com capital em Cabul, possui uma área equivalente a 652,090 Km² e faz fronteira com o Irã, Turquemenistão, Uzbesquistão, Tajisquistão, China e Paquistão. Até 1973, o Afeganistão tinha como rei o Ahmad Shah que conquistou vários territórios. Logo após esse ano, o primeiro-ministro Monammed Daoud deu um golpe derrubando o último monarca, o Rei Zahir Shah, apoiado pelos soviéticos. Nos anos 1980, a

² Osama Bin Laden, filho de Muhammed Awad bin Laden e Hamida al-Attas, nasceu na Arábia Saudita em 10 de março de 1957. Líder da organização Al-Qaeda, acusado de ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, é um dos homens mais procurados do mundo.

³ Grupo étnico localizado principalmente no Afeganistão e Paquistão. Além do islamismo ser sua principal religião, os pashtun caracterizam-se pela sua própria língua (pashto) e seu código religioso.

União Soviética invadiu o país, matando cerca de 1,3 milhões de afegãos e deixando o país radicalizado. Nesse contexto, o governo Talibã não só assumia, mesmo de forma radical, um papel de controle da sociedade após a saída dos soviéticos como também exercia o controle do país até a intervenção dos Estados Unidos, que com o Acordo de Bonn, buscava a reconstrução em cinco anos com novas instituições políticas (Jorge, 2009). Os Estados Unidos, logo após os ataques de 2001, impulsionaram novas estratégias de segurança nos âmbitos doméstico e internacional. A nova retórica utilizada das *preventive actions* no governo de George W. Bush se apresentou tanto no conflito do Afeganistão em 2001 como no do Iraque em 2003 numa tentativa de manter a *Pax Americana* no século XXI.

Ao analisar os acontecimentos contemporâneos, verifica-se uma complexa interdependência entre os níveis interno e externo de um Estado-nação, uma vez que esses assuntos externos interferem no plano doméstico e vice-versa. Quando se contextualizam os ataques de 11 de setembro de 2001 nos planos interno e externo dos Estados Unidos, a política de segurança estadunidense se baseia no que Robert Putnam chama de *The Logic of Two-level Games*. No que tange à segurança nacional, são desenvolvidas ações que impulsionaram a indústria bélica e que, conseqüentemente, acabaram movimentando vários setores da economia. No plano internacional, desenvolveram-se ações unilaterais em nome de uma segurança coletiva atraída e sustentada por um suposto multilateralismo dos países satélites (Putnam, 1988).

Com esses ataques, os Estados Unidos estabeleceram uma política de segurança internacional voltada para conter os Talibãs e o terrorismo internacional em nome de uma paz e segurança internacionais. Essas conexões entre organização do Talibã e suas ligações com o terrorismo fazem parte do Capítulo 1º deste trabalho, numa tentativa de verificar suas possíveis relações com os ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos. O complexo organizacional e a influência do Talibã no Afeganistão, constituíam aspectos imprescindíveis para se entender as intervenções logo após os ataques. Além do mais, verificavam-se coalizões políticas, tendo os Estados Unidos como principal ator, contra o governo do Afeganistão para conter o Talibã que até então exercia o controle do território. Dessa forma, visando conter outros ataques terroristas em nível mundial, e principalmente dentro do próprio Estados Unidos, foram realizadas ações militares no Afeganistão durante os governos de George W. Bush e Barack Obama.

Assim, o Capítulo 2º aborda essa estratégia de Política de Segurança Internacional Estadunidense como um argumento para suas ações unilaterais no Afeganistão e, posteriormente, no Iraque. A noção de *Guerra Preventiva* passava a ser um desses

argumentos que George W. Bush apresentou na Academia Militar de West Point, inspirando uma nova estratégia conhecida como *Doutrina Bush*. Essa doutrina elaborava aspectos de defesa contra o Terrorismo Internacional e armas de destruição em massa não só contra elementos terroristas como também contra os Estados e demais atores internacionais que apoiavam, toleravam e estavam interligados ao terrorismo internacional. Em torno dessa complexidade, o jogo de poder, força e interesse fez com que os países buscassem um alinhamento em termos cratológicos e formassem coalizões contra o inimigo que os Estados Unidos declaravam como comum.

Dessa maneira, o Capítulo 3º relaciona esse conjunto de interesses entre as nações e as explicações aplicadas com as teorias das Relações Internacionais. O Institucionalismo Neoliberal juntamente com a Teoria do Neo Realismo Defensivo, irão fundamentar o entendimento das questões das instituições internacionais e *high politics e low politics* que os Estados Unidos desempenham no Sistema Internacional. As concepções de Thomas Hobbes, Maquiavel, Hans Morgenthau, Edward Carr, Kenneth Waltz, dentre outros, tentam explicar essas ações e relações desses atores no Sistema Internacional, buscando uma melhor compreensão por meio de seus respectivos paradigmas.

Portanto, o presente trabalho busca compreender esse complexo jogo de poder, força e interesse que os Estados Unidos desempenham no cenário internacional após 11 de setembro de 2001. Em um complexo contexto entre os níveis interno e externo de segurança se observam, por parte desse ator, posições que podem ser consideradas opostas ao Direito Internacional e, principalmente, às determinações de um dos principais órgãos da Organização das Nações Unidas – ONU, o Conselho de Segurança - CSNU, que visa a estabelecer a paz e a segurança internacionais. No entanto, quando se verifica o caso específico do Afeganistão, o tema se torna pertinente uma vez que se questiona: Até que ponto o dilema da política de segurança dos Estados Unidos converge para o fortalecimento da Ordem Internacional estabelecida, coadunando esse posicionamento de manutenção do seu status quo no com seus interesses políticos e econômicos no cenário hodierno?

Esses questionamentos fazem parte de uma complexa compreensão da política de segurança internacional estadunidense, buscando identificar elementos causais entre a política doméstica e internacional dos Estados Unidos após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001.

CAPÍTULO 1 - O TERRORISMO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Terrorismo no decorrer da história das Relações Internacionais tem ganhado espaço no Sistema Internacional e nos centros acadêmicos hodiernos. O Terrorismo tem apresentado discussões contraditórias quanto a sua existência, seja como uma ameaça à paz e segurança internacionais por meio da propagação do uso da violência ou até mesmo na tentativa de obter uma maior visibilidade das demais potências devido às imposições políticas e econômicas pelos países satélites. Faz-se necessário verificar a história das Relações Internacionais a partir de vários prismas e não tomar só como referência pontos de partida do Ocidente ou visões impostas por algumas culturas dominantes. Assim, no presente trabalho não será possível analisar essa distinção devido ao seu amplo conteúdo e das várias vertentes causais. No entanto, o que se deve ter noção é que a partir desses pontos, a Nova Ordem Mundial, estabelecida após a Guerra Fria, experimentou uma profunda transformação com as ações da Al-Qaeda, do Talibã e de outros grupos denominados terroristas.

Muitos dos estudos acadêmicos mostram que o Terrorismo surgiu na França, com a Revolução Francesa, e na Rússia na década de 1880. Não só os princípios de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, vigorados durante a Revolução Francesa no século XVIII, como também o “Terror”, estabelecido entre o período da queda dos girondinos em 1793 até a prisão de Robespierre em 1794. Durante esse intervalo de tempo, as garantias e direitos civis foram suspensos. Os adversários dos jacobinos foram perseguidos e levados a guilhotina. Enquanto essa violência política pairava, os girondinos se uniram com grupos contra essas medidas de terror comandadas pelos jacobinos e em 1794 Robespierre acabou perdendo o poder e sendo guilhotinado⁴. Ainda nesse contexto, é pertinente ter como foco o assassinato do Czar Alexandre II da Rússia. Os nihilistas, responsáveis pela morte do Czar, eram revolucionários e defendiam que os atos de terror eram fundamentais na construção de outro mundo. Nesses acontecimentos há uma distinta relação com o Terrorismo Internacional no que tange ao seu local de atuação. Enquanto na França no fim do século XVIII e na Rússia XIX atuou em um âmbito da ordem interna do país, no Terrorismo Internacional as fronteiras e a soberania dos Estados são violadas e postas em xeque frente ao Direito Internacional Público.

⁴HOBSBAWN, Eric. **A era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 18ª ed. 2004.

Através da Organização das Nações Unidas em suas resoluções do CSNU e de várias convenções internacionais contra o Terrorismo ou atos de violência, como, por exemplo, a Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas em 1997; Configurados em Delitos Contra as Pessoas e a Extorsão Conexa em 1971; Convenção Interamericana contra o Terrorismo em 2002; dentre outras, resultaram definições e violações do Terrorismo. No entanto, quando se analisa a história e os princípios proclamados pela ONU contra os atos terroristas, como a autodeterminação dos povos, da soberania do Estado e principalmente dos Direitos Humanos, verifica-se que tais alegações foram cometidas pelo principal percussor de políticas antiterror, os EUA, na sua ingerência no Afeganistão em 2001 e no Iraque em 2003.

Após os ataques de 11 de setembro, e conseqüentemente da posição unilateralista do Governo George W. Bush na Guerra contra o Terror, dava-se início a uma “cruzada”⁵ para conter o novo Terrorismo Internacional que havia abalado a hegemonia estadunidense com os ataques às Torres Gêmeas. Nesse cenário, o Terrorismo tornou-se foco da política estratégica de segurança internacional dos Estados Unidos e, diga-se de passagem, como analisa a Teoria Neo-realista das Relações Internacionais, esse novo ator acabou alavancado discussões pertinentes no que tange a sua inferência enquanto determinante na agenda global⁶. Mesmo que seu foco de ação seja de âmbito restrito, ou seja, local, o Terrorismo tem se mostrado como um fenômeno que abrange todo o sistema global e, que diante das intervenções militares sem sucesso, deve ser enfrentado com iniciativas que passam pelo aspecto cultural. Com a intensa globalização da informação vivenciada o século XXI, essa abrangência se torna ainda maior devido ao grande fluxo de comunicação na mídia internacional. Não será por meio do uso de forças armadas, de unilateralismo ou até mesmo em nome de uma Democracia Ocidental que poderão ser resolvidos os conflitos no Afeganistão, uma vez que todas essas ações não foram suficientes para trazer a paz e devolver a modalidade institucional dentro do território (Jorge, 2009).

O Sistema Internacional hodierno, marcado pela anarquia internacional, ou seja, pela ausência de uma instituição supranacional capaz de trazer a paz a todos, ainda carece de ações efetivas para manutenção da paz e da segurança internacionais. Como retrata Hobbes, em seu

⁵ Quando George W. Bush resolveu atacar o Terrorismo, suas ações se configuraram como “cruzadas contra o Terrorismo Internacional”. Diferentemente das Cruzadas iniciadas no século XI na Itália, que aparentemente explicitasse caráter religioso, a “cruzada” na Era Bush possuía fins aparentemente direcionados a paz e segurança internacionais. No entanto, fazendo essa analogia, ambas acabaram apresentando alguns aspectos econômicos, culturais e geopolíticos para o estabelecimento do status quo no sistema internacional.

⁶ SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

livro “O Leviatã”, o estado de natureza é anárquico. Nele não há uma autoridade suprema e eficaz entre os Estados⁷. Os Estados, porém, buscam sua sobrevivência desconfiando uns dos outros através de seus ganhos relativos, ou seja, seus ganhos individuais em detrimento dos outros Estados. Diferentemente da Teoria Liberal das Relações Internacionais, o ganho dos Estados deve se concentrar em todos os atores conjuntamente. Todos, dessa forma, somam seus ganhos a um fim comum. Nessa teoria, ao contrário dos realistas, pensadores como Hugo Grotius, Stuart Mill e Immanuel Kant, em sua obra sobre *A Paz Perpétua*, acreditam em uma instituição supranacional para o estabelecimento de regras de boa vizinhança entre as nações.

Essas duas teorias citadas anteriormente, Realismo e Liberalismo, diferem um tanto quanto à prevalência dos atores no cenário internacional⁸. O Terrorismo, como analisado no presente trabalho, tem ganhado relevância na agenda de segurança nacional e internacional, principalmente dos Estados Unidos e de outros países em sua esfera de influência. O Realismo Clássico não considera o Terrorismo como um dos atores no sistema internacional, uma vez que vê no Estado o principal sujeito, ou seja, o cerne das relações internacionais. Além do mais, quando os clássicos escreveram suas teorias, o terrorismo era predominantemente uma questão de política doméstica e não de política internacional, como na contemporaneidade. No entanto, ao decorrer da história, essa teoria acabou sofrendo algumas transformações pós 1945 com o neo-realismo ou realismo estrutural, a partir das versões de Kenneth Waltz. As três imagens de Waltz, fundamentada na estrutura do sistema das relações internacionais, se baseiam: na análise de ações individuais na esfera internacional; na política doméstica dos Estados para se entender a guerra e a paz no sistema internacional; e na anarquia internacional na medida em que se analisa a capacidade de cada Estado na balança de poder, principalmente das grandes potências que determinam a ordem mundial (Waltz, 1979). Nesse contexto, as empresas multinacionais, organizações não-governamentais – ONGs, organizações internacionais e outros atores foram identificados como relevantes no desenvolvimento das relações internacionais. O Estadocentrismo passou a ser questionado e reavaliado como determinante nos níveis interno e externo. O terrorismo, a luz dessa teoria de visão ontológica, ou seja, *do ser*, acabou não só se tornando objeto de estudo dentre os principais teóricos neo-realistas como também um dos atores influente na agenda global (Sarfati, 2005).

⁷ JACKSON, Robert; SORESEN, Gerg. **Introdução às Relações Internacionais: Teorias e Abordagens**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

⁸ *Ibidem*.

De outro lado, a Teoria Liberal clássica, caracterizada pela sua visão deontológica, ou seja, da natureza *do dever ser*, já admitia a existência de novos atores no Sistema Internacional, quando pensadores, como Immanuel Kant, citavam a existência de organismos supranacionais. Mesmo não fazendo referências explícitas ao Terrorismo, essa teoria não centra o poder nas relações internacionais apenas no Estado-Nação como no Realismo (Carlnaes, 2002).

Sendo o Sistema Internacional marcado pela desigualdade entre Estados, nessa Nova Ordem Mundial após 1989 se verificavam muitas das características da Conferência de Yalta de 1945, formalizadas pelos países vencedores⁹, e, que conseqüentemente, tem influenciado no desenvolvimento no cenário das relações internacionais vigente. Embora fruto de algumas determinações advindas do pós II Grande Guerra, a Ordem Internacional, após a queda do Muro de Berlim, alargou o espaço para que atores paraestatais atuarem nitidamente de encontro à soberania estatal¹⁰.

1.1 Os ataques de 11 de setembro de 2001 e o Afeganistão

As Relações Internacionais no limiar do novo milênio se iniciaram com profundas transformações no que tange à paz e à segurança internacionais. Após 1989, os Estados Unidos passavam a ser o ator mais relevante com uma capacidade de ação em nível global e influência, em certa medida, para determinação da agenda internacional. Sua estrutura de política interna e externa, fruto da Guerra Fria¹¹, acabou sofrendo algumas implicações devido a atos terroristas ocorridos no início do século XXI.

⁹ Logo após a Segunda Guerra Mundial em 1945, os países vencedores, juntamente com outros Estados, criaram a Organização das Nações Unidas, formalizada através da Carta da ONU, na cidade de São Francisco. Dessa forma, uma Ordem Mundial foi estabelecida pelos países que até hoje possuem o poder de veto dentro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aprovando ou não quaisquer resoluções para todos os países pertencentes a essa organização internacional. No entanto, além dessa mesma estrutura que, desde a metade do século XX continua vigorando nas relações internacionais em pleno século XXI, questionam-se os interesses políticos e econômicos dos países que formam o P-5 acabam dando uma nova realidade para o que foi delineado na Carta (HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995).

¹⁰ CASTRO, Thales. **Elementos de Política Internacional: Redefinições e Perspectivas**. Curitiba: Juruá, 2009.

¹¹ O período correspondente ao fim da Segunda Grande Guerra em 1945 até queda do Muro de Berlim em 1989, marcado pela disputa entre o Capitalismo e o Socialismo, caracterizou o que se denomina na história das Relações Internacionais de Guerra Fria. Durante esse espaço de tempo, os Estados Unidos, liderando o bloco dos países capitalistas, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, liderando o bloco dos países socialistas, disputaram áreas, principalmente em países subdesenvolvidos, nas esferas política, militar, ideológica e econômica, caracterizando a bipolaridade dos EUA *versus* URSS.

Na manhã do dia 11 de setembro de 2001 o complexo do World Trade Center – WTC em Nova York e, posteriormente, o Pentágono em Washington foram atingidos por aviões comerciais desviados de suas rotas por extremistas islâmicos. Nas Torres Gêmeas, dois aviões foram lançados matando instantaneamente os funcionários que trabalhavam habitualmente no local. Repleto de passageiros e carregados de combustível, uma das aeronaves lançou-se contra a Torre Norte. Em seguida, o outro avião seqüestrado atingiu a Torre Sul. Quase ao mesmo tempo, outros dois boengs foram igualmente desviados por terroristas suicidas: um deles atingiu a fachada do Pentágono e o outro avião, desconhecendo seu alvo, caiu na região da Pensilvânia¹².

Construído durante a Segunda Grande Guerra, o Pentágono acabou sendo também um dos alvos dos terroristas. Inaugurado em 1943, esse edifício, na forma de um polígono de cinco lados, inicialmente serviu de sede para o Departamento de Defesa e, posteriormente, transformou-se no quartel general das Forças Armadas dos Estados Unidos.

O World Trade Center, localizado a oeste de Lower Manhattan em Nova York, era formado pelas Torres Gêmeas - WTC 1, pelo Hotel Marriott - WTC 2 e pelos WTC 3, WTC 4, WTC 5, WTC 6, WTC 7 que constituíam, estes, prédios com vários órgãos e escritórios comerciais. Alvo do maior ataque terrorista da história, o conjunto de prédios situava-se no coração financeiro de Nova York e foi projetado em plena década de 1960 por um nipo-estadunidense, chamado Minoru Yamasaki. Depois de concluída a construção em 1970, o complexo foi inaugurado em 1973, durante o Governo do presidente Richard Nixon, reunindo milhares de pessoas para a celebração. Embora arquitetado com um sistema de edificação extraordinário, não era a primeira vez que as Torres Gêmeas tinham sido atacadas¹³. A precisão desses ataques, desempenhados por terroristas, mostra, com exatidão, a estratégia e o arcabouço planejado para derrubar torres gigantescas com apenas dois aviões.

Os atentados sofridos pelos Estados Unidos em 2001 acabaram solapando a *pax americana* sobremaneira, uma vez que esta se assentava em um sofisticado aparato militar para lidar com ameaças a sua segurança interna e externa¹⁴. Dessa forma, os impactos foram vistos e sentidos também no mundo inteiro. A onda de medo não só se restringiu à região alvo das ações terroristas, mas se projetou em escala mundial, uma vez que as sociedades situadas

¹² CHOMSKY, Noam. A nova guerra contra o terror. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.16, n.44, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 mar. 2010.

¹³ Em 1993 ocorreu uma explosão na Torre Norte do World Trade Center matando seis pessoas. Os culpados foram presos e posteriormente receberam pena de morte.

¹⁴ Disponível em: <www.ciari.org/.../a_revisao_da_pe_eua_pos_11_setembro.pdf>. Acesso em: 30 de março 2010.

no extremo oriente, sul da África ou até mesmo na América Latina constituíram a chamada comunidade internacional na “luta do bem contra o mal” (Pecequillo, 2005).

A ameaça do terrorismo tornou-se real na política interna e externa dos Estados Unidos. Na postura do governo Bush, no campo da política externa, é notável verificar que tantas bombas lançadas não adiantaram para conter os terroristas nem acabar com a guerra no Afeganistão, pois a consequência desse alvo foram milhares de vidas inocentes que estavam sendo perdidas. No plano doméstico dos EUA, a repressão contra os povos islâmicos foi de encontro com o que se chama de Direitos Humanos. Alguns integrantes dessa população minoritária foram presos e de certa forma torturados por estarem ligados, de acordo com as leis de segurança nacional dos EUA, com o terrorismo.

A sociedade estadunidense, logo após o acontecimento, tem vivido em um estado de medo quanto a possíveis ataques de grupos terroristas. Essa retórica da "luta do bem contra o mal" foi usada na administração do Governo George W. Bush, para a sociedade internacional, em uma perspectiva de que "nós" somos o bem, enquanto "eles", o terrorismo, representam a ameaça à paz e o mal que deve ser combatido entre as nações. Nesse sentido, a mídia internacional retratou o fato, de maneira descritiva ou até mesmo analítica, permeados, muitas vezes, de elementos intertextuais. Mas o que se observava era que os estadunidenses e também toda a sociedade internacional, que quisesse lutar pela paz e segurança internacionais, estavam em guerra, ou seja, a partir da dualidade Bem/Mal, buscava-se entender quem estava a favor ou contra os Estados Unidos da América¹⁵.

Dessa forma, o terrorismo passou a ser o foco principal da política externa dos EUA na busca dos responsáveis pelo ocorrido em 11/09. O desafio, até então, estava em como lidar com esses terroristas e como declarar guerra ao terror, dado que para o Direito Internacional só os Estados, com sua *summa potestas*, possuíam essa legitimidade de declarar. Tendo Osama Bin Laden como a principal figura do terrorismo, George W. Bush solicitou a sua extradição aos líderes Talibãs e, em resposta contrária à postura desses líderes, os Estados Unidos decidiram intervir no Afeganistão iniciando assim a Guerra contra o Terror (Arantes Jr, 2002). O saudita Bin Laden, que havia mudado para o Afeganistão em 1996, acabou se refugiando no país logo após os atentados de 11 de setembro com o apoio do Talibã. O Afeganistão passava então por períodos de guerra que se concretizaram desde a queda do

¹⁵ DUPAS, Gilberto. Fundamentos, contradições e consequências hegemônicas. In: **Política Externa**. São Paulo: Paz e Terra, vol. 11, n.3, dez./ fev. 2002-2003.

Talibã e a caçada pela Al-Qaeda até uma relativa estabilização e retorno de conflitos internos¹⁶.

Antes mesmo dos ataques, o Afeganistão passava por um conflito civil entre suas etnias que, em certa medida, eram apoiadas, política e militarmente, por várias facções. O território não só estava sendo controlado pelo regime do Talibã, como também havia uma considerável influência da Al-Qaeda. Essa organização extremista, que havia sido expulsa do Sudão em 1996, apresentava um notável preparo em táticas de guerra assimétrica e considerável *know how* no planejamento e perpetração de atentados com explosivos. Com a intervenção iniciada em 2001, meses após os ataques, o Talibã foi rapidamente contido pelas forças estadunidenses, porém não em sua totalidade¹⁷. No entanto, a preocupação dos atores envolvidos estava, dessa forma, em como buscar uma estabilidade para o Afeganistão e remover o regime do Talibã da sua esfera de influência. Para isso foi assinado, no mesmo ano, o Acordo de Bonn, permitindo o uso da força para estabilizar o país. Imediatamente forças do Talibã, Al-Qaeda e também o *Hizb-I Islami Gulbuddin* acabaram resistindo às intervenções, trazendo novamente uma instabilidade na região.

Durante 2003 e 2004, as forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN foram reorganizadas para prevenir outra guerra civil e evitar que houvesse o controle pelas forças rebeldes no sul do país. Assim, iniciou-se em 2005 uma campanha no sul do Afeganistão fazendo as Forças de Operações Especiais mudarem suas atenções de guerra para conter forças Talibãs que haviam ganhado uma forte influência durante as eleições em 2004. No entanto, verificou-se que durante todo o processo da Guerra no Afeganistão as intervenções militares ocorridas desde 2001 não garantiram a plena estabilidade da região, mas, em certos períodos, um gradativo equilíbrio entre as forças armadas e os insurgentes. Nesse mesmo contexto, a Guerra do Iraque em 2003 constituiu fato de interesses econômicos na região não só pelos Estados Unidos como também pela Grã Bretanha. Com essa intervenção estadunidense, o seu prestígio internacional acabou sendo fortemente abalado, uma vez que essa ação apresentou considerável unilateralismo conservador de George W. Bush e também trouxe inquietações dos outros Estados, em relação a possíveis interesses econômicos na região, pelo fato do Iraque possuir uma das maiores reservas de petróleo do mundo (Jorge, 2009).

Dessa forma, a razão de não se atingirem tais metas evidenciava que a resolução não

¹⁶ WRIGHT, Lawrence. **Vulto das Torres, A Al-Qaeda e o Caminho até 11/09**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁷ *Ibidem*.

devia estar centrada em aparatos militares, mas em algo muito além de uma mobilização de forças armadas. Lidar com a cultura do outro, tornava-se um grande desafio para os interesses da política de segurança dos Estados Unidos uma vez que seu foco não tinha percorrido o aspecto cultural, mas anseios políticos e econômicos não só na região do Afeganistão como também no Oriente Médio.

A explicação para os pashtuns darem abrigo ao Talebã e à AL-Qaeda se baseia no código social pashtun, o *Pashtunwali*. Este é uma forma alternativa de organização social com um mecanismo avançado de resolução de conflitos. Provavelmente o mais importante para os interesses de segurança dos EUA na região é que os milhões de homens tribais que vivem dentro deste sistema não querem um novo modelo imposto por uma força estrangeira. Ademais, os pashtuns são geralmente convencidos de que o seu sistema de ordem social produz homens superiores àqueles do modelo ocidental. No sistema pashtun, a maior unidade militar operacional que pode ser formada dentro de circunstâncias normais é o *khel*, que vai lutar até alcançar suas fronteiras tribais e, em seguida, parar. A exceção é uma guerra santa. Um dos preceitos do *Pashtunwali* é a provisão de hospitalidade, proteção e refúgio a quem precisar (isto é chamado de *nanawatey*). Os oficiais dos Estados Unidos que mandaram o Talebã entregar Osama Bin Laden após o onze de setembro experimentaram o *nanawatey* sem saberem disto, quando o Talebã se recusou a entregar o solicitado com base de que Osama Bin Laden era um convidado no Afeganistão, e assim se encontrava em uma esfera inviolável de proteção (JORGE, 2009:92).

A cultura e o entendimento do "outro" não permearam a arena das relações dos Estados Unidos e o Afeganistão. Mas verificou-se que essas relações percorriam um caminho que visavam aos interesses políticos e econômicos de uma nação. Além do mais, não se verificou esse posicionamento, pelas potências ocidentais, em torno de valores culturais quando as discussões envolviam os conflitos no território do Afeganistão. Tanto o Talibã quanto a Al-Qaeda detinham aspectos culturais utilizados muitas vezes para recrutamento e mobilização social. Esses grupos, devido a essas peculiaridades, eram alvos de ingerência das demais potências, quer por características culturais ou até mesmo por interesses políticos e econômicos, alimentavam mais a guerra.

1.2 Uma análise organizacional do Talibã

Devido aos ataques terroristas em setembro de 2001, a política estratégica de Bush para capturar os culpados pela destruição ocasionada nos Estados Unidos se direcionou para o grupo extremista do Talibã que havia apoiado o líder da Al-Qaeda, Osama Bin Laden, e ganhado espaço no Afeganistão após a saída dos soviéticos. A ligação entre o Talibã e a Al-

Qaeda, estabelecida principalmente na fronteira do Paquistão, trouxe preocupações para os Estados Unidos, uma vez que este, ao possuir visões distintas sobre o Terrorismo e Islamismo, iniciou suas intervenções militares no Afeganistão para conter os terroristas que abalaram a segurança estadunidense. Nesse contexto, associado à problemática da universalidade de valores ocidentais e, de outro lado, à defesa da superioridade da cultura por parte do Islã no Alcorão, os Estados Unidos declaram guerra contra o Terrorismo tendo como principal alvo o regime do Talibã e o Afeganistão como palco de intensos conflitos.

Com a intervenção em solo afegão, os Estados Unidos acabaram cooptando suporte político, estratégico e militar contra o regime do Talibã configurando, assim, um cenário de guerra contra o terror. É pertinente buscar explicações quanto à recusa dos fundamentalistas talebãs em entregar Bin Laden uma vez que tal decisão relatava como o regime Talibã mostrava sua disposição para enfrentar os EUA. Essa ação oposta do governo do Talibã se interligava aos traços de um fundamentalismo religioso não só na origem e natureza do regime como também na sua rápida expansão no território (Wright, 2007).

Antes do ocorrido em 2001 nos Estados Unidos, o Afeganistão passava por uma situação em que as guerras civis internas, principalmente entre a Aliança do Norte e o Talibã, tornaram-se um palco ideal para uma rápida expansão do regime Talibã. A Frente Islâmica Unida para a Salvação do Afeganistão, também conhecida como Aliança do Norte, ajudou os Estados Unidos durante o conflito iniciado em 2001. Essa organização se aliou aos Estados Unidos para combater o regime do Talibã e capturar Mohammed Omar e Osama Bin Laden. Ao contrário do Talibã, formado em sua maioria por pashtum, a Aliança do Norte se constitui de etnias tadjiques, usbeques e hazaras. Como se verificou no período da Guerra Fria, essas etnias têm marcado a história do Afeganistão no sentido de se estabelecer no poder apoiados pelos Estados Unidos e pela União Soviética. A ascensão do Talibã no Afeganistão se deu não só devido à falta de um poder consistente como também por auxílio de canais externos, principalmente do Paquistão.

Difundiu-se assim uma versão idealizada da origem do Taleban, que poderia ter proporcionado a base perfeita de uma hagiografia, não fossem os eventos de 2001. O muá Mohammed Omar, patan originário da província de Kandahar e veterano da jihad, retornou a seus estudos após a queda do último governo de esquerda. Tornou-se, entretanto cada vez mais desgostoso com a anarquia subsequente. Em particular, ficou revoltado ao saber que mujahideens, transformados em bandidos, haviam assaltado uma família que viajava de Herat para Kandahar, em setembro de 1994; a família foi exterminada numa orgia de roubo, oriundos de madrassas, e deu início à

campanha para desarmar as milícias rivais e impor a lei islâmica nos territórios postos em ordem pelos "estudantes", ou "Taleban". Chegou-se a dizer que um dos estudantes vira anjos descerem dos céus, sinal seguro de que o mulá Omar seguia o caminho justo (ARANTES JR, 2002:54).

Inicialmente, como o movimento Talibã visava a conter as milícias, seu recebimento pela população foi satisfatório para ganhar espaço. De outro lado, quando se viu o radicalismo do Islã como parte de sua política para o Afeganistão, e também o Paquistão, as demais potências no ocidente começaram a enxergar de uma maneira diferente, fazendo com que sua estima geral diminuísse perante os demais¹⁸. Além do mais, Cabul estava sob domínio do banditismo e sem forças para conter a anarquia que pairava até então. A população, insatisfeita com a desordem, via no Talibã a esperança para trazer a ordem e restaurar a paz dentro do território.

Com a invasão da União Soviética em 1979, o Afeganistão acabou recebendo apoio tanto dos países regionais, Paquistão e Arábia Saudita, como também do próprio Estados Unidos na sua luta de resistência à ocupação. As forças contrárias ao comunismo, os mujahideen do Afeganistão, foram armadas e treinadas pelos EUA juntamente com outros países¹⁹. Após a invasão soviética desencadearam conflitos entre as facções, fazendo com que se expandisse na região o regime do Talibã e, posteriormente, a imposição do fundamentalismo islâmico pelos sunitas pashtun. Enquanto cresciam em campos de refugiados e eram educados em madrassas (escolas), os pashtuns encontraram forças de apoio com os outros pashtuns rurais e acabaram estabelecendo no final do ano de 1994 o domínio em Kandahar. A partir desse terreno propício para atuação, o regime do Talibã governou o Afeganistão de 1996 até 2001 reconhecido diplomaticamente apenas por três países: Arábia Saudita, Paquistão e Emirados Árabes Unidos.

Durante todo o período desde a invasão soviética, os conflitos em 2001 com a intervenção dos Estados Unidos até o presente ano de 2009, o Afeganistão tem encontrado dificuldades em estabelecer políticas sociais para melhoria de milhares de vidas afegãs. O que se verifica no Afeganistão é uma sociedade com uma expectativa de vida baixa, com altas taxas de mortalidade infantil e desemprego. Além dos constantes conflitos que a sociedade afegã presencia no dia a dia, grande parte da população não tem acesso ao saneamento básico,

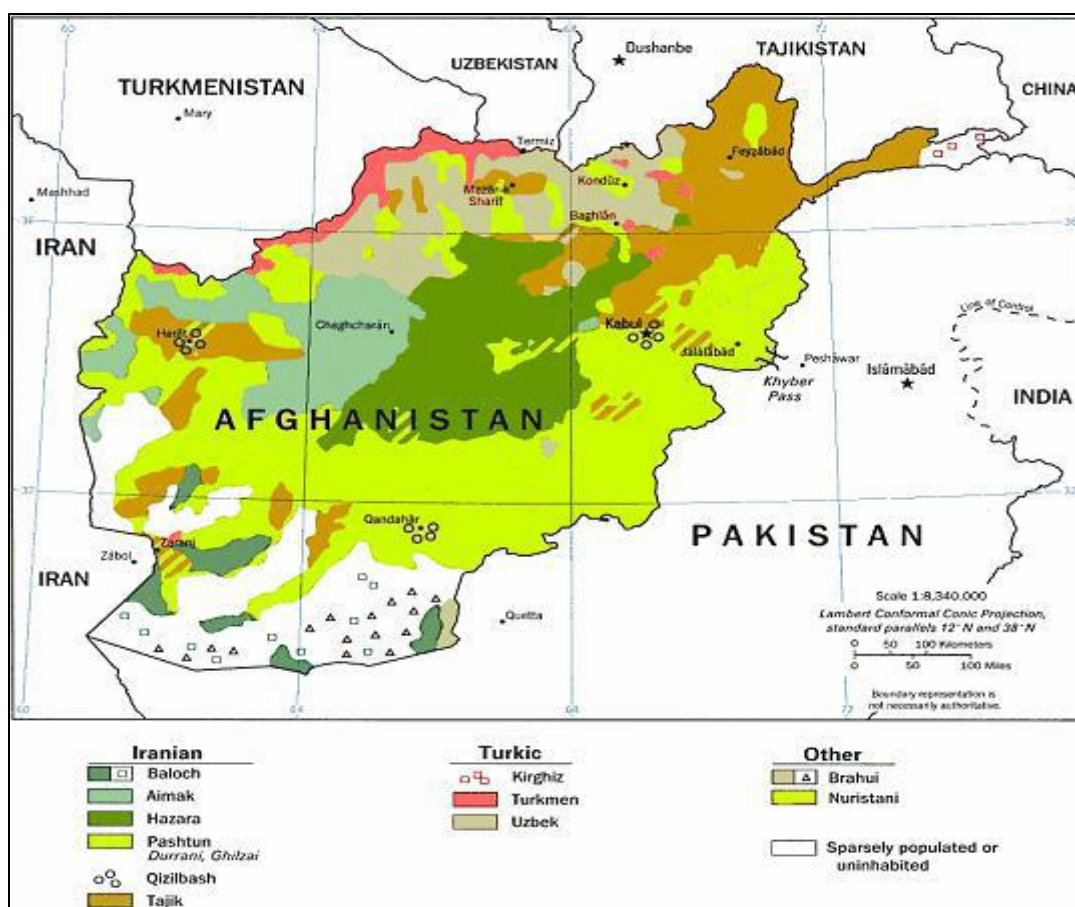
¹⁸ Em março de 2001, são destruídas duas estátuas de Buda que duravam mais de 1500 anos em Bamiyan. Essas ações contra a religião hinduísta acabaram mobilizando a sociedade internacional, e principalmente a UNESCO, que condenou tais ações como crime contra o Patrimônio da Humanidade.

¹⁹ WRIGHT, Lawrence. **Vulto das Torres, A Al-Qaeda e o Caminho até 11/09**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

à eletricidade e à água potável. Com o desenvolvimento do conflito desde 2001, o país apresenta, de acordo com relatórios da ACNUR em 2009, um dos maiores índices de refugiados chegando a 2,88 milhões. Ao analisar os índices do Iraque de aproximadamente 1,78 milhão, da Somália de 678,3 mil, entre outros dados, verifica-se no total de refugiados, um afegão para um grupo de quatro em geral²⁰.

A cultura do Talibã se baseia no código de honra *Pashtunwali*, no qual cada pashtun deve seguir os mandamentos para que seja conservada sua identidade e sua honra perante os demais. Sendo formado majoritariamente por mulçumanos em sua totalidade populacional, 80% são sunitas e 19% são xiitas. A maioria dos Talibãs, que vive na fronteira entre o Paquistão e Afeganistão, é da etnia pashtun. Enquanto a etnia pashtun representa quase 50% do total, os tadjiques são 27%, os hazaras 9%, os usbeques 9% e outras de menor proporção como os baloches, turcomenos, aimaks, entre outras etnias.

Mapa da distribuição das etnias no território do Afeganistão



Fonte: Revista Militar²¹

²⁰ Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/perfil-do-refugio-no-mundo-2010/>>. Acesso em: 10 set. 2010.

²¹ Disponível em: <<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=71>>. Acesso: 16 set. 2010.

Antes de apresentar uma atual interpretação radical do Islã, a religião afegã ainda detém aspectos tribais do *Pashtunwali* com crenças islâmicas e constitui, dessa forma, um movimento islâmico sunita Deobandi.

O grupo Talebã é motivado por uma leitura radical do islamismo sunita derivada do deobandismo. A filosofia deobandi foi fundada em 1867 na Madrassa *Dar ul-Ulum* (A Casa do Aprendizado Islâmico) em Deoband, na Índia. As Madrassas Deobandi cresceram através do sul da Ásia, e elas foram oficialmente apoiadas no Paquistão quando o presidente Mohammed Zia-ul-Haq assumiu o controle do governo paquistanês em 1977. O deobandismo passou a ser bastante praticado no Paquistão, e, em menor grau, no Afeganistão, aonde o principal proponente político era a organização *Jamiat-ul-Ulama-i-Islam*. Sustenta que a obrigação fundamental e a lealdade principal de um muçulmano são com a sua religião (JORGE, 2009:87).

A peculiaridade da relação do Paquistão e Afeganistão dava-se principalmente por questões geopolíticas uma vez que a maioria dos pashtuns tem se estabelecido na região fronteira entre os dois países e também uma forte ligação entre a Al-Qaeda e o Talibã. Essa relação fez com que o Talibã se expandisse na região e fortalecesse sua influência através de inúmeros ataques suicidas. Nesse caso, verificava-se uma ligação cultural, em se tratando principalmente de religião, entre o Afeganistão e Paquistão. A Al-Qaeda ao longo de sua história tem fornecido ao Talibã suporte tecnológico e informacional e vários recursos destinados a manutenção da guerra no Afeganistão. Além do mais, grupos como os *Tehreek-i-Nifaz-i shariat-i-Muhammadi*, o *Hizb-i-Islami Gulbuddin*, dentre outras facções militares, tem demonstrado serem simpatizantes do regime do Talibã (Arantes Jr, 2002). Em paralelo a isso, há um forte comércio entre o Afeganistão e a Europa quanto ao fornecimento de ópio. Esse comércio de droga é um dos recursos que inicialmente foi banido pelo Talibã e, atualmente, não só constitui quase 50% do Produto Interno Bruto-PIB do Afeganistão como também é uma das fontes para o próprio movimento sunita.

O Talibã, destarte, também tem apresentado uma postura de retomada do poder no Afeganistão para seu estabelecimento, como nos fins de 1997, e até 11 de setembro de 2001. Vários grupos, e principalmente a Al-Qaeda, tem se mostrado a favor dessa conduta para acabar com o governo afegão e suas forças de coalizão com a finalidade de se criar um Estado Islâmico. A construção desse Estado faz parte dos anseios do Talibã através da motivação religiosa do código pashtun e uma interpretação do islamismo sunita para os adeptos no Afeganistão e Paquistão. Logo após o estabelecimento do governo interino no Afeganistão em 2002, verificou-se uma “insurgência” de vários grupos, juntamente com o Talibã, para

derrubada do governo que estava no poder²². Os grupos encontraram apoio significativo na região, principalmente da população rural, uma vez que o governo afegão não dava segurança e assistência básica naquele conturbado período de ataques terroristas. Essa insurgência do terrorismo, focada principalmente na Al-Qaeda e no Talibã, acabou preocupando a comunidade internacional, fazendo o Presidente Barack Obama, logo após assumir a presidência dos EUA, aumentar o número de forças armadas estadunidenses para conter a guerra civil que se iniciou desde os ataques de setembro de 2009.

O direcionamento das intervenções estadunidenses no Afeganistão relevou o jogo de poder em um plano assimétrico para manutenção do *status quo* por meio de uma coalizão das forças envolvidas contra o Terrorismo Internacional. Essa política de segurança internacional nos Governos de George W. Bush e Barack Obama de guerra contra o terror, que acabou refletindo essas assimetrias entre os governos estadunidense e afegão, será discutidas no seguinte capítulo para melhor compreensão.

²² Após os intensos conflitos entre as forças armadas dos Estados Unidos e seus aliados no Afeganistão, há uma atitude dos grupos Terroristas contra a manutenção do poder dentro do território afegão denominada de insurgência pelo ocidente. Os grupos “insurgentes”, como o Talibã juntamente com a Al-Qaeda, têm exercido posturas contra o domínio de forças externas no governo interino instalado após a queda do regime do Talibã.

CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS

A ação imediata conduzida pelo Governo de George W. Bush logo após os ataques de 11/09 no Afeganistão marcaram a política de segurança estadunidense nos planos interno e externo. Com a complexidade das transformações, a interferência da política doméstica na agenda internacional encontra-se em uma linha tênue para o desenvolvimento de políticas distintas tanto do nível interno para o externo e vice-versa (Putnam, 1988).

De acordo com Putnam, a diplomacia pode ser concebida através de um jogo de dois níveis: o nível nacional, no qual grupos domésticos formam coalizões na busca de poder, exercem pressão contra o governo para adoção de políticas convergentes a seus interesses; e o nível internacional, no qual o Estado soberano busca maximizar seus interesses entre as pressões advindas do nível interno e sua projeção externa. Nesse sentido, verificam-se na política doméstica e nas relações internacionais pontos determinantes que interferem na execução de cada nível, seja de parte de fatores internos para o externo ou vice-versa. A coerência entre esses níveis, muitas vezes, pode convergir em uma mesma direção à medida que seus interesses encontram pontos em comum (Putnam, 1988).

Os ataques aos EUA e, posteriormente, a evolução do conflito no Afeganistão demonstraram essa complexa interação entre o jogo dos níveis doméstico e internacional. A reação instantânea do CSNU, adotadas nas resoluções sobre o Afeganistão e aos Atos Terroristas, fizeram com que os Estados Unidos iniciassem a cruzada com a Doutrina Bush para combater o Terrorismo Internacional.

Os EUA, em sua formulação e execução de política externa, têm dado ênfase, desde o final da Segunda Guerra Mundial, ao reforço e à manutenção de seu poderio hegemônico mediante a prática de tipificação de inimigos, forçando, assim, uma atitude energética por parte de governos aliados. A manipulação de alianças de conveniência ou mesmo de sólidas parcerias guiadas pelo interesse reforçam o realismo hobbesiano que fundamenta a defesa, tanto intra quanto extra-CSNU, do *status quo* da ordem mundial. Com os trágicos eventos provocados pelo terrorismo em 11 de setembro de 2001 e mesmo após os ataques ao Pentágono, World Trade Center e Pennsylvania, esta postura não tem sido diferente. Daí a continuidade dos eixos centrais da política externa dos EUA na visão de Cocker (Castro, 2007:232-233).

Nos Estados Unidos, a aplicação da Doutrina Bush fez o país fortalecer seu *hegemon* universal tendo nas decisões das Nações Unidas uma manobra para legitimar sua política pragmática na região afegã. A busca de aliados, não só para apoiar tais ações como também para cooperar no âmbito político-estratégico, foi essencial para o estabelecimento do seu *status quo*. Como ocorrido na Doutrina Truman, em uma das determinações do Presidente Harry Truman, os países que sofresse alguma intervenção comunista durante o período da Guerra Fria poderia aliar-se com os Estados Unidos para conter uma possível disseminação do comunismo²³. A política militar desenvolvida no governo do Presidente Truman foi fundamental para a elaboração de uma estrutura estratégica durante as disputas dos Estados Unidos com a União Soviética. Nessa mesma perspectiva, as nações, temendo ataques contra seus respectivos governos, favoreceram, de certa forma, essa expansão do Império estadunidense, após os ataques de 11 de setembro, aliando-se aos princípios capitalistas fundamentados no binômio democracia e mercado.

Assim que Bush assumiu a presidência, os intelectuais, empresários e políticos, que anteriormente estavam aos redores na Casa Branca, tiveram posições privilegiadas ao lado do presidente na condução da política externa. Donald Rumsfeld (secretário de Defesa), Richard Perle (ex-presidente do Comitê de Política de Defesa, do Pentágono), Condoleezza Rice no Conselho de Segurança Nacional, Paul Wolfowitz (secretário adjunto de Defesa), Dick Cheney na vice-presidência, dentre outros, foram importantes protagonistas para a tomada de decisão dos Estados Unidos nas relações internacionais. Além do mais, esses expoentes do governo estadunidense faziam parte dos chamados *neocons*, ou seja, um grupo de neoconservadores religiosos que visavam praticamente os mesmos objetivos, no que tange à política externa, do grupo dos *theocons* (conservadores religiosos representado, por exemplo, pelas figuras de Pat Robertson, Jerry Falwell, dentre outros)²⁴.

Nesse sentido, alguns elementos desse grupo ideológico, como Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz, participaram na elaboração, em 1997, de um novo caminho caracterizado pelo incremento de ações unilaterais no plano político internacional que foi colocado em prática pelos Estados Unidos na sua política externa. Esse novo posicionamento recebeu o nome de o “Projeto do Novo Século”.

²³ HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos**: O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²⁴ BUSH, George W. A estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos da América. In: **Política Externa**. São Paulo: Paz e Terra, vol. 11, n.3, dez./fev. 2002-2003.

Em 1992, uma década inteira antes das ações terroristas de Nova York e Washington, *neocons* integrantes do governo Bush I, esboçaram para o Pentágono uma controversa Orientação de Política de Defesa (no jargão da burocracia, DPG, iniciais de Defense Planning Guidance), expressando a visão de dominação unilateral dos EUA. A proposta foi reciclada e aprofundada pelos mesmos *neocons* em 1997, com o Projeto do Novo Século (NAC), que retomava a expressão (*Século Americano*) lançada ainda na década de 1940... Apesar de constituir a resposta de mais fôlego do governo Bush II ao desafio terrorista de 11/09, a Estratégia de Segurança Nacional (NSS, National Security Strategy), revelada em setembro de 2002, simplesmente oficializou como política externa e militar o que, na verdade, estava antes no esboço da PNG de 1992, no PNAC e no RAD. Este último tinha entre seus autores nada menos de seis autoridades-chaves da área de defesa e política externa do governo Bush, inclusive Paul Wolfowitz, também autor do PDG (FERREIRA, 2004:204).

O fato ocorrido após o 11/09 fez com que o Governo de Bush direcionasse políticas estratégicas para o Afeganistão, calcadas na chamada Doutrina Bush. A ascensão de Bush ao poder fez com que houvesse uma profunda transformação na política externa dos Estados Unidos. É importante ressaltar que o 11 de setembro não mudou substancialmente a nova ordem internacional estabelecida logo após a queda do Muro de Berlim. O sistema internacional ainda é mesmo do pós Guerra Fria. No entanto, o caminho percorrido por Bush na presidência do país para manutenção do status quo no cenário internacional foi, de fato, o que mudou o sistema global.

Nesse contexto, para se estabelecer uma Ordem na história das Relações Internacionais deve-se ter uma conexão entre os valores - culturais e ideológicos - expandidos no sistema internacional (axiologia) e os pólos de poder hegemônico (cratologia). Esse poder hegemônico se encontra distribuído nas variáveis do Poder Internacional, por um ou mais Estados em nível global. Essa distribuição vem a ser o resultado do somatório dos poderes econômico-financeiro, cultural, político-diplomático, geodemográfico e militar. A Ordem Internacional pode ser compreendida através dos centros de poder: unipolar, bipolar, tripolar, multipolar ou unimultipolar. Alguns teóricos, como Samuel Huntington, fazem alusão ao conceito de unimultipolaridade no século XXI; outros advogam que a Ordem mantida no é unipolar (HUNTINGTON, 2004). No entanto, para o presente trabalho, não será feito um estudo detalhado, visto que os Estados Unidos ainda detém a hegemonia no sistema hodierno²⁵.

²⁵ CASTRO, Thales. **Elementos de Política Internacional: Redefinições e Perspectivas**. Curitiba: Juruá, 2009.

Em uma análise panorâmica, no período da administração do presidente Bush, 2001-2008, o quadro político e econômico dos Estados Unidos se encontrava em uma situação crítica uma vez que o país apresentava uma dívida de mais de 6 trilhões de dólares; estava envolvido nas guerras no Afeganistão e Iraque que acabaram custando um extraordinário investimento de capital e, somando a isso, o prestígio do país, nos planos doméstico e internacional, estava em queda. Logo após se tornar presidente do país, Barack Obama, tem como desafio não só a Guerra do Afeganistão desde 2001, mas também com a situação na Prisão em Guantánamo e das tropas estabelecidas no Iraque. O presidente logo no início de seu mandato mostrou uma nova imagem de como seria a política estadunidense frente à Guerra contra o Terror, reorientando, de certa forma, a agenda de segurança do país nos planos doméstico e internacional²⁶. Mesmo não apresentando saldos mensuráveis e concretos até o momento, o fato é que, de maneira estratégica, o governo de Obama tem adotado posturas para melhorar o prestígio internacional dos Estados Unidos que havia se deteriorado durante o governo de Bush. As mortes ocorridas na guerra desde 2001 têm sido alvo de críticas pela comunidade internacional uma vez que, segundo informações secretas vazadas, apenas no mês de julho de 2010 o número de mortes chegou a aproximadamente 102 militares²⁷.

Como apontei anteriormente, o governo Obama tem enfatizado uma mudança na abordagem dessa guerra: ganhar a boa vontade e simpatia da população local, enfatizando-se que, para além do combate militar, a proteção e segurança da população civil e a criação de oportunidade, estado de direito e infraestrutura seriam componentes centrais para a quebra da rede social e opressiva do Taliban. A missão deveria ser vista como internacional, em vez de apenas dos EUA, e demonstrar que se importava com as pessoas para, deste modo, devolver à população afegã ou paquistanesa a confiança e fé nas promessas de um estado de direito (VIANNA, 2010:123).

As críticas aos Estados Unidos em torno dos Direitos Humanos têm acompanhado todo o conflito no Oriente Médio devido não só a morte de civis não combatentes como também o escândalo envolvendo a prática de torturas contra os prisioneiros em Guantánamo, e ainda, freqüentes acusações do emprego de violência contra suspeitos de envolvimento em ações

²⁶ FRANCO, Manuela. Barack Obama vs as guerras da Ásia Ocidental. **Relações Internacionais**, n.21, p.143-166, mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992009000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2010.

²⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/07/raio-x-da-guerra-afeganistao.html>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

terroristas nos EUA e no Oriente Médio. No Afeganistão os índices de morte têm motivado a sociedade internacional a questionar o real papel das forças de coalizão para a manutenção da paz e segurança. Tanto o Afeganistão como as coalizões de países envolvidos no conflito tiveram relativos índices altos em perdas humanas, como verificado nas Tabelas 1 e 2 a seguir²⁸:

TABELA 1 – Mortes das coalizões militares por ano (2001-2010)

Ano	Estados Unidos	Reino Unido	Outros	Total
2001	12	0	0	12
2002	49	3	17	69
2003	48	0	9	57
2004	52	1	7	60
2005	99	1	31	131
2006	98	39	54	191
2007	117	42	73	232
2008	155	51	89	295
2009	317	108	96	521
2010	331	90	84	505
Total	1278	335	460	2073

Fonte: Icausalities 2010²⁹

TABELA 2 – Mortes dentro e ao redor do Afeganistão (2001-2010)

Países	Número de Mortes
Afeganistão	1146
Alemanha	18
Paquistão	15
Estados Unidos	21
Uzbequistão	1
Total	1201

Fonte: Icausalities 2010³⁰

A situação das forças militares no Iraque e no Afeganistão, somada aos intensos combates e à expansão dos Talibãs, acabou se configurando em um dilema para o estabelecimento da paz e cooperação entre as partes. Os índices de morte em todo o conflito têm mostrado não só o envolvimento de vários países como também seus respectivos interesses no que tange aos aspectos políticos e geoestratégicos, como será analisado no próximo capítulo do presente trabalho.

Dessa forma, a política de segurança estadunidense no Afeganistão tem se mostrado insuficiente para estabilizar a região, seja de forma unilateral ou por meio de coalizões militares, (*International Security Assistant Force* – ISAF) ou (*Operation Enduring Freedom* – OEF), ou mesmo, coalizões políticas na busca de relações bilaterais ou multilaterais. Nesse sentido, o regime do Talibã tem encontrado, na ineficácia do governo de Hamid Karzai,

²⁸ Esses números apresentados não podem ser considerados exatos, e sim uma estatística com margens de erros, uma vez que, nesse no de 2010, mais de 91 mil documentos foram divulgados pelo site Wikileaks relatando fatos da guerra no Afeganistão no período de 2004 a 2009.

²⁹ Disponível em: <<http://icasualties.org/oef/>>. Acesso em: 10 set. 2010.

³⁰ Ibidem.

espaço para atuar cada vez mais forte frente às decisões do presidente e, principalmente, ao controle do comércio de drogas. Karzai assumiu o governo provisório da Autoridade Interina em Cabul com o Acordo de Bonn em 2001. Essa Autoridade Interina buscou, por meio das Resoluções do Conselho de Segurança, tendo como pivô os Estados Unidos, coalizões entre os países para a manutenção da paz no território. Em outubro de 2004, Hamid Karzai tornou-se presidente com as eleições presidenciais no Afeganistão. Mesmo não trazendo significativos índices para a melhoria do Afeganistão, mas dificuldades para a manutenção da segurança interna do país, em 2009 Hamid Karzai acabou sendo reeleito com suspeitas de corrupção uma vez que o país, analisados nos índices de corrupção em 2009, ficou em penúltimo lugar no ranking de corrupção³¹.

Em uma análise mais ampla, a política externa estadunidense tem apresentado aspectos condicionantes nas relações internacionais desde o fim da Guerra Fria. A posição hegemônica nos âmbitos cultural, tecnológico, militar, tecnológico e econômico; a referência nas resoluções de quaisquer controvérsias internacionais; a primazia de sua política externa para a governança global, dentre outros aspectos, marcaram um papel sem precedentes na história dos Estados Unidos. Esses elementos têm permanecido ao longo do conflito de 2001 e em outros conflitos surgidos no Oriente Médio, como, por exemplo, no Iraque em 2003. Em cada um desses acontecimentos verifica-se a busca de alinhamentos estratégicos entre os envolvidos uma vez que se torna uma via recíproca de interesses nas coalizões políticas.

2.1 As coalizões políticas no conflito do Afeganistão

As reações ocorridas após os atentados de 11 de setembro de 2001 no Afeganistão ocorreram de modo instantâneo, tanto quanto as investidas militares dentro do território na região do Oriente Médio e, de imediato, no Afeganistão. As forças de coalizão foram sendo formadas para conter o inimigo terrorista que os Estados Unidos, juntamente com o Reino Unido, indicavam como o perigo para a paz e segurança internacionais. Os alinhamentos em uma guerra alteram o sistema internacional, nos níveis regional e internacional, na medida em

³¹Disponível em: <http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2009/cpi_2009_table>. Acesso em: 10 set. 2010.

que as relações políticas, bilaterais ou multilaterais, convergem a objetivos comuns³². Na situação do Afeganistão, os alinhamentos se deram dentro do próprio território afegão e também foi registrada uma nova aproximação da Rússia e do Paquistão e um reforço de outros aliados, como a Grã Bretanha, Alemanha, dentre outros, com os Estados Unidos para conter o Terrorismo Internacional³³.

No plano doméstico do Afeganistão, os Estados Unidos tiveram um decisivo apoio da Aliança do Norte como um grande parceiro durante as operações militares. No início das ações militares no Afeganistão, em outubro de 2001, foram formadas forças de coalizões com a *Central Intelligence Agency* – CIA, as Forças Especiais e a Aliança do Norte. Esta, por sua vez, foi transformada em um exército para as conquistas estadunidenses que atacou a cidade de Mazar-e-Sharif e, posteriormente, Cabul.

No plano internacional, os países do sistema internacional se aliaram aos Estados Unidos contra o Terrorismo Internacional. Cada alinhamento concretizado representava uma troca de interesses entre as partes envolvidas. Na Rússia, os argumentos em torno dos terroristas chechênios com Osama Bin Laden e os riscos de segurança interna com esses grupos, aproximaram os interesses russos na Chechênia e os interesses dos Estados Unidos contra o terrorismo. Na China, a situação do país na província de Xinjiang fez com que o governo cooptasse apoio dos Estados Unidos para a situação interna como um processo de via de mão dupla também para os interesses dos Estados Unidos contra o terrorismo. Não só entre esses países como em outros alinhamentos verificou-se, diga-se de passagem, essa relação de poder e interesse dos Estados Unidos no sistema internacional.

Embora o Afeganistão, durante o governo do Talibã, teve poucas relações diplomáticas com os ataques de 11 de setembro e conseqüentemente com as pressões internacionais, o governo ficou ainda mais isolado nas relações internacionais. Nessa perspectiva, o Paquistão, por exemplo, foi um dos primeiros países a alinhar-se fortemente com os Estados Unidos contra o Talibã dando suporte às intervenções militares.

Mostrando-se infrutíferas essas tentativas, o Paquistão alinhou-se com os Estados Unidos, aos quais proporcionou informações sobre a situação afegã, utilização de corredor aéreo entre o Mar da Arábia e o Afeganistão e o apoio logístico, sob a

³² ARANTES JR, Abelardo. O Conflito de 2001 no Afeganistão e suas implicações para a ordem internacional. In: **Política Externa**. São Paulo, v.11, n.1, p. 41-64, jun./ago. 2002.

³³ Para mais informações sobre os aliados dos Estados Unidos podem acessar: AMORIM, Paulo Jorge. **A Revisão da Política Externa Norte Americana no Pós 11 de Setembro de 2001: O Século Americano**. Disponível em: <http://www.ciari.org/investigacao/a_revisao_da_pe_eua_pos_11_setembro.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2010

forma de utilização de bases. Praticamente toda a comunidade internacional mobilizou-se contra o Taleban; e o papel da Paquistão foi essencial, isolá-lo. O Uzbequistão autorizou o uso de bases pelas forças dos EUA. O Conselho de Segurança para ONU passou novas resoluções. A Rússia, a China e o Irã, todos com sérios motivos para se opor ao Taleban, juntaram-se ao movimento internacional (ARANTES JR, 2002:42).

Com a mobilidade internacional em torno do Afeganistão, em dezembro de 2001 houve um relativo domínio no território. Para isso, as forças militares dos Estados Unidos, aliadas com outros países e principalmente com o grupo da Aliança do Norte do Afeganistão, efetuaram operações estratégicas para isolar o Talibã e assim manter o controle do país. Nesse contexto, foi criada a Autoridade Interina em Cabul, estabelecendo um novo corpo institucional no Afeganistão para combater o terrorismo juntamente com os demais Estados e reconstruir o país a partir de uma coalizão de forças contrárias a favor dos Estados Unidos. Esse novo quadro institucional foi autorizado com o Acordo sobre Arranjos Provisórios no Afeganistão, Pendentes do Restabelecimento de Instituições Governamentais Permanentes-Acordo de Bonn em dezembro de 2001, em uma conferência na Alemanha, integrando:

- a) A Administração Interina – estabelecida pela United Nations Talks on Afghanistan e tendo como participantes um *chairman*, cinco vices e outros membros, a Administração Interina acabou sucedendo o governo do Talibã em 2001;
- b) A Corte Suprema;
- c) A Comissão Especial Independente – com a estruturação da Administração Interina, essa Comissão Especial teve como papel convocar uma Grande Assembléia no Afeganistão.

A partir dos acordos e das conversações sobre o Afeganistão, após os atentados estabeleceu-se uma coalizão militar no Afeganistão - *International Security Assistance Force* (ISAF) e *Operation Enduring Freedom* (OEF) - para manter a paz, juntamente com as outras nações, naquela região. As operações realizadas desde 2001, pela ISAF e OEF, foram resultado das coalizões políticas entre os países com a OTAN, a União Européia e o Conselho de Segurança da ONU nas quais cada país envolvido no conflito, justificando uma governança global contra o terrorismo, buscava interesses em critérios de política doméstica, como analisado anteriormente, numa troca de “favores” para resolução de problemas dentro de seus respectivos territórios.

2.2 As ações militares do governo de Bush e Obama no Afeganistão

Ao iniciar as intervenções militares no Afeganistão em 2001, George W. Bush e outros aliados dos EUA direcionaram as Forças Armadas à operação militar, chamada de Liberdade Duradoura, juntamente com a OTAN, liderando a *International Security Assistance Force* (ISAF) a partir do mandato das Nações Unidas. As ações militares no território afegão tiveram significativa participação da Aliança do Norte uma vez que esta cooptou apoio das duas coalizões militares descritas anteriormente para derrubar o governo do Talibã.

Durante a primeira gestão de Bush, a decisão quanto aos ataques com as chamadas *Preventive Actions* registram algumas discordâncias entre Powell e Donald Rumsfeld, secretário de Defesa, quanto ao alvo de direcionamento dos Estados Unidos. No entanto, o Afeganistão acabou sendo invadido devido à forte influência do Talibã no território e de suas possíveis ligações com Osama Bin Laden, líder da Al-Qaeda. Dessa forma, a OEF direcionou, logo nos primeiros anos, suas ações para Al-Qaeda e acabou com o regime do Talibã.

Nos anos de 2001 e 2002, como a situação do Afeganistão ainda era de conflitos civis entre as etnias, as coalizões militares encontraram terreno em plena guerra e um aliado interno, Frente Unida Islâmica para a Salvação do Afeganistão, para começar a caçada pela Al-Qaeda no território. Confrontado por várias frentes de ataques simultâneos, o Talibã, incapaz de resistir às forças da coalizão lideradas pelos EUA, foi removido do poder. Assim, estabeleceu-se, posteriormente, conforme já foi dito, um governo interino para manter a estabilização. Nesse contexto, a busca de uma estabilidade efetiva no Afeganistão passou a preocupar os países envolvidos no conflito uma vez que, com o Talibã destituído do governo, era necessária, na visão das coalizões políticas, uma autoridade para manter a segurança e a paz. Assim, a partir do Acordo de Bonn criou-se a ISAF para cumprir esse objetivo no Afeganistão. A ISAF, inicialmente tendo como liderança a Grã-Bretanha e em 2004 com o Canadá no comando, começou a atuar na região enviando tropas para conter as ameaças.

Nos anos de 2003 e 2004, já com a sucessão de Hamid Karzai, as forças de resistência no Afeganistão se rebelaram e deram início a operações de guerrilha contra as coalizões militares da ISAF e da OEF. O Talibã, a *Hizb-I Islami Gulbuddin* e a Al-Qaeda faziam parte desses grupos insurgentes utilizando novas estratégias de guerra assimétrica frente à oposição. A atuação da ISAF e OEF se baseou na prevenção de novos conflitos armados uma vez que havia uma profunda revolta da força local para a tomada do poder na região.

Nos períodos seguintes a 2006, as ações militares da ISAF e OEF se dirigiram para o interior do país adotando táticas para conter o Talibã que havia ganhado espaço nas eleições de 2004. Enquanto as forças locais tornavam seus ataques mais elaborados, as coalizões militares intensificaram as ações por meio de fogos de artilharia e assaltos de infantaria mecanizada. Os combates tornaram-se mais intensos com ataques suicidas, raids aéreos e emprego de forças mecanizadas pelas forças de coalizão.

Recentemente, o presidente Obama conseguiu fazer aprovar no congresso um novo pacote de intervenção militar e autorizou o envio de mais de 100 mil soldados para o Afeganistão, principalmente na região sul do país, e estabeleceu prazos até 2011 para a retirada das Forças Armadas dos EUA. A atuação da política de segurança do presidente Obama tem se tornado um dilema quanto às suas estratégias no Oriente Médio uma vez que ao mesmo tempo em que se verificam discursos políticos voltados para manutenção da paz, ainda o recurso militar tem acompanhado o conflito no Afeganistão. Essa política externa, muitas vezes paradoxal, tem acompanhado não só a atuação no Afeganistão como também em vários outros casos em que o EUA tem se envolvido³⁴.

Ao longo dos governos Bush e Obama, as ações militares têm sido desenvolvidas de maneira unilateral tendo como justificativa a aprovação das resoluções do Conselho de Segurança que, sendo um órgão multilateral para manter a paz e segurança internacionais, tem demonstrado ser uma manobra para os países que formam o P-5 (membros permanentes com direito a veto) e principalmente os Estados Unidos que são um dos maiores contribuidores³⁵.

Nessa perspectiva, ao analisar as inúmeras resoluções acordadas pelo CSNU desde 2001, com objetivos de acompanhar a situação no Afeganistão e possíveis ameaças à paz e segurança internacionais causados por atos terroristas, verifica-se que os Estados Unidos têm buscado legitimidade jurídica no Direito Internacional para justificar suas intervenções militares. Essas Resoluções, analisadas a seguir para uma melhor compreensão, têm sido determinadas no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas como justificativa para a continuidade das forças no país:

- Em 12 de setembro de 2001 foi aprovada a Resolução 1368 reafirmando todos os princípios contidos na Carta das Nações Unidas para condenar e combater as ações dos terroristas em todos os âmbitos;

³⁴ Para mais informações consultar: VIANNA, Alexander Martins. Paradoxos da política externa de Barack Obama – Anno Primo. **Revista Espaço Acadêmico**, vol. 9, n. 105, p. 112-132, fev, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewArticle/9187>>. Acesso em: 14 abr. 2010.

³⁵ Para maior aprofundamento do assunto consultar: CASTRO, Thales. **Conselho de Segurança da ONU: unipolaridade, consensos e tendências**. Curitiba: Juruá, 2007.

- Em 28 de setembro de 2001 foi aprovada a Resolução 1373, que além de reafirmar as Resoluções 1269 (1999) e a 1368 (2001), elaborou aspectos fundamentais para conter, baseado na Carta da ONU, os atos terroristas que ameaçam a paz e a segurança internacionais e estabeleceu o Comitê Contra o Terrorismo (CTC – *Counter-terrorism Committee*);
- Em 12 de novembro de 2001, com a Resolução 1377, foram elaboradas medidas de um âmbito global para uma maior participação dos membros da ONU;
- Em 6 de dezembro de 2001 foi adotada a Resolução 1383 reafirmando a Resolução de 14 de novembro de 2001 de integridade territorial e unidade nacional no Afeganistão;
- Em 20 de dezembro de 2001, a partir da Resolução 1386, foi autorizada a criação da *International Security Assistance Force – ISAF* para auxiliar a Autoridade Interina no Afeganistão à manutenção da segurança em Cabul;
- Em 26 de março de 2004 foi adotada a Resolução 1536 na qual se decidiu estender o mandato da United Nations Assistance Mission in Afghanistan - UNAMA, por um período adicional de 12 meses da data de adoção da mesma;
- Em 8 de outubro de 2004, com a Resolução 1566, reafirmaram-se as Resoluções 1267 (1999) e 1373 (2001) para uma maior efetivação do combate ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações de acordo com a Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional;
- Em 13 de setembro de 2005 foi adotada a Resolução 1623 autorizando a extensão para os Estados Membros participarem na ISAF;
- Em 20 de março de 2008, a partir da Resolução 1805, além de reafirmar que o terrorismo constitui sérias ameaças à paz e segurança internacionais, foi adotado que o Counter-Terrorism Committee Executive Directorate (CTED) permaneceria com suas atividades tendo como suporte Counter-Terrorism Committee (CTC);

- Em 25 de abril de 2008, com a Resolução 1810, estendeu-se, por um período de 3 anos, o mandato de 1540 Comitês até 25 de abril de 2011;
- Em 22 de setembro de 2008 foi aprovada a Resolução 1833 na qual se determinaram os procedimentos implementados pela ISAF em coordenação com o governo do Afeganistão;

Os EUA, dessa forma, têm formado coalizões para conter o terrorismo e, por meio do Conselho de Segurança da ONU, legitimar suas intervenções diante da comunidade internacional. As ações militares estão ainda atuando de forma a não se ter uma previsão da manutenção da paz e segurança no Afeganistão. Os argumentos utilizados para continuar esse estado de guerra ainda deixam a desejar no sentido de uma real justificativa para as ações dos Estados Unidos.

2.3 A Guerra Preventiva – o argumento do império

Após a Estratégia de Segurança Nacional em 2002, os EUA elaboraram ações preventivas para garantir a segurança no âmbito interno e conter, de maneira generalizada, a ameaça do Terrorismo em um nível macrossistêmico. A Doutrina Bush, como ficou conhecida, constituiu uma dessas estratégias de segurança com objetivo de proteger o país de novas ameaças³⁶. Nesse sentido, a partir da adoção das *Ações Preventivas*, os EUA buscaram justificar suas intervenções não no Afeganistão, mas também no Iraque. Em 2003 se formou uma nova coalizão para invadir militarmente o Iraque, através de argumentos defendidos por Bush citados mais adiante, mostrando, mais uma vez, o unilateralismo estratégico estadunidense.

No mesmo sentido, pode-se afirmar que a ‘guerra preventiva’ de agressão contra o Iraque, levada a efeito por Bush e sua clique fundamentalista, é a primeira aplicação da “nova” doutrina - National Security Strategy, anunciada por Bush em 12/09/2002 - de militarização da política externa dos Estados Unidos. A ação militar é convertida em primeiro instrumento da política exterior em lugar de ser seu ‘último recurso’, como era consagrada. E o que prevalece na execução dessa política é a vontade unilateral de Washington independentemente de alianças ou da autorização da ONU. Com Bush, os Estados Unidos se outorgam, portanto, o direito de se

³⁶ BUSH, George W. A estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos da América. In: **Política Externa**. São Paulo: Paz e Terra, vol. 11, n.3, dez./fev. 2002-2003.

colocarem acima da ordem internacional e de suas instituições reguladoras (SARAIVA, 2009:36).

As intervenções militares no ano de 2003, tendo como principais protagonistas os Estados Unidos e o Reino Unido, buscaram a legitimidade no Direito Internacional como justificativa para ações subjetivas de prevenção contra o Terrorismo Internacional. A suposta idéia de que o governo de Saddam Hussein estaria fornecendo condições para a atuação de terroristas, principalmente a Osama Bin Laden, e a proliferação de armas químicas e biológicas de destruição em massa foram suficientes para mais uma postura unilateral dos Estados Unidos. Há outros motivos expostos e não-expostos levantados por Bush, no entanto o presente estudo não tecerá maiores detalhes visto que, o conteúdo, direciona-se para outras análises. Mas o que se deve ter como ponto de partida é que: o alvo estratégico para ações militares dos Estados Unidos passou a ser o Iraque. Alvo este que, além de não ter uma formalidade amparada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU, sofreu a oposição de três dos cinco países que possuem o poder de veto no CSNU: Rússia, França e República Popular da China³⁷. Posteriormente, a opinião pública internacional representou uma firme resistência aos anseios dos Estados Unidos. Várias manifestações foram feitas em diferentes países e dentro do próprio território dos Estados Unidos mobilizando, dessa forma, a opinião pública internacional.

O unilateralismo bushiano marcou a política de segurança internacional durante os conflitos no Afeganistão e, mais notadamente, na invasão ao Iraque. Na história das relações internacionais, o imperialismo dos Estados Unidos, em levar a “democracia” ao mundo, tem encontrado obstáculos para sua expansão durante a Guerra Fria com o “comunismo” e, recentemente, com o “terrorismo” e o Islã, mais notadamente, após os acontecimentos de 11/09. Essa “democracia” tem sido um dilema para os Estados Unidos uma vez que ultrapassa o plano doméstico em direção a uma governança global. A política externa dos Estados Unidos, notadamente após o 11 de setembro, tem sido construída desde o momento em que o país tornou-se independente. As características da democracia dos Estados Unidos, como mantenedora da estabilidade nas relações internacionais, e a eliminação de regimes tirânicos nos demais Estados fazem parte de um conjunto da política externa estratégica que objetiva manter o *status quo* no cenário internacional.

³⁷ CASTRO, Thales. **Conselho de Segurança da ONU: unipolaridade, consensos e tendências**. Curitiba: Juruá, 2007.

Para Robert Dahl³⁸, nenhum Estado, inclusive os Estados Unidos, apresenta uma democracia de fato. Segundo o autor, para que se possa ter uma democracia é necessário que o governo seja responsivo para com seus cidadãos politicamente iguais no qual se tenha um nível alto de contestação pública e inclusividade da sociedade. Como os países ainda não atingiram a democracia, estes possuem em seus governos o que Dahl denomina de *Poliarquia*. Nesse sentido, os países podem variar entre uma maior ou menor participação e contestação pública até atingirem uma democracia.

Embora a invasão ao Afeganistão passasse a ser uma resposta inicial aos ataques de 11 de setembro, o mesmo não se enquadrava na Segunda Guerra do Golfo³⁹ em 2003. No caso do Afeganistão, os Estados Unidos não poderiam declarar guerra a grupos, denominados terroristas, uma vez que, de acordo com o Direito Internacional, a declaração de guerra só pode ser feita entre os Estados. Esses Estados no DI, com sua *summa postestas*, articulam-se com base no *jus in bellum*, ou seja, no direito de decretar guerra e celebrar tratados de paz com outros Estados (ACCIOLY, 2009). Nessa perspectiva, o foco do problema estaria em provar a ligação entre o Estado e tais grupos responsáveis pelos ataques para que a guerra pudesse ser declarada. O Afeganistão, ao apoiar e dar refúgio a Al-Qaeda em seu território, assumiu um papel relevante para o início da guerra em seu território. Mesmo permitindo a formação de bases para treinamento e recusado a entrega do líder da Al-Qaeda, não se sabe, a menos que exista, se o governo do Talibã no Afeganistão teve participação ou manteve relações para execução dos ataques de 11 de setembro. Nesse contexto, os Estados Unidos apresentaram, no âmbito das Nações Unidas e da OTAN, documentos sigilosos para justificar suas ações tendo como ressalva não só o artigo 5 da Carta da ONU⁴⁰ como também as Resoluções do Conselho de Segurança, analisadas anteriormente, para garantir sua presença no Afeganistão desde 2001 até o presente momento (Saraiva, 2009).

No caso do Iraque, a intervenção em 2003 não teve nenhuma decisão formal do Conselho de Segurança para os EUA e Reino Unido atacarem militarmente o Iraque. Um ano anterior à invasão, o CSNU adotou a Resolução 1441 em 2002 instituindo uma comissão formada por peritos internacionais, a *United Nations Monitoring Verification and Inspection Commission* – UNMOVIC, para inspecionar o território iraquiano. A UNMOVIC tinha como

³⁸ Para maior aprofundamento sobre o conceito de democracia e os principais caminhos para se chegar a um governo democrático favor consultar: DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

³⁹ A Guerra no Iraque também é denominada por alguns acadêmicos das Relações Internacionais como a Segunda Guerra do Golfo.

⁴⁰ Carta das Nações Unidas e Corte Internacional de Justiça. **Artigo 5**. O Membro das Nações Unidas, contra o qual for levada a efeito ação preventiva ou coercitiva por parte do Conselho de Segurança, poderá ser suspenso do exercício dos direitos e privilégios de Membro pela Assembléia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança. O exercício desses direitos e privilégios poderá ser restabelecido pelo Conselho de Segurança.

finalidade a verificação de armamentos químicos e biológicos de destruição em massa. Antes de concluir os resultados, a comissão solicitou prazo para novas inspeções e novos procedimentos para continuar os trabalhos no Iraque. Os Estados Unidos alegaram não só que no Iraque havia armas químicas e biológicas, infringindo o Tratado de Não-Proliferação, como também que Saddam Hussein tinha dado suporte de à Al-Qaeda e estava violando preceitos democráticos com uma ditadura no país. No entanto, as Forças Armadas da coalizão, EUA e Reino Unido, não esperaram os resultados finais da UNMOVIC e em 13 de março de 2003 intervieram no Iraque sem o aval da ONU (Castro, 2007). Nessa intervenção da Segunda Guerra do Golfo, percebeu-se o não reconhecimento da autoridade do Conselho de Segurança, registrando-se sérias violações aos artigos da Carta das Nações Unidas no âmbito da ONU.

Ao analisar em uma esfera macrossistêmica das Relações Internacionais, por meio da nova estratégia de segurança de George W. Bush, os Estados Unidos agiram com uma política incisiva no Oriente Médio, determinando e influenciando os conflitos que pairaram na região como: a guerra de 2003 no Iraque, no Afeganistão iniciada em 2001 e também a guerra entre Israel e Palestina⁴¹. A agressão ao Iraque, por exemplo, representou um não a Diplomacia como meio utilizado para resolução de controvérsias. Além do mais, tais ações dos Estados Unidos violaram tanto preceitos democráticos como a legalidade internacional.

⁴¹ DUPAS, Gilberto. Fundamentos, contradições e conseqüências hegemônicas. In: **Política Externa**. São Paulo: Paz e Terra, vol. 11, n.3, dez./ fev. 2002-2003.

CAPÍTULO 3 - O COMPLEXO JOGO DE FORÇA, PODER E INTERESSE

Após o período da Guerra Fria, a Política Internacional contemporânea encontrou nas elaborações do Neo Realismo Estrutural uma maior relevância para compreensão do sistema internacional. Com a publicação do paradigmático livro de Kenneth Waltz, *Theory of International Politics* (1979), o entendimento das relações internacionais pode ser discutido, segundo Waltz, a partir das estruturas do sistema internacional analisadas na relação entre o homem, o Estado e a guerra. Diferentemente do Realismo Clássico-Moderno, que atribui os resultados das relações internacionais ao comportamento individual dos Estados, o neo-realismo vai mais além no sentido em que analisa esse comportamento do Estado em função de outros Estados e como eles interagem no sistema internacional.

Para isso, Waltz elabora três aspectos, o qual chama de três imagens, que fundamentam a estrutura desse sistema internacional com propósito de elaborar explicações plausíveis para as causas da guerra nas relações internacionais:

- 1) Na primeira imagem são analisados o comportamento individual do ser humano e sua natureza como aspectos de intersecção que levam às guerras. Essas ações individuais se apresentam como relevantes aspectos para as causas das guerras uma vez que, para Waltz, é fundamental conhecer o homem e sua natureza relacionando com as falhas do mundo;
- 2) Na segunda imagem, a política doméstica dos Estados constitui o cerne para se entender a guerra e a paz. Nessa concepção, as guerras podem ser diminuídas ou extintas a partir de uma reforma desses Estados no sistema internacional. Para Waltz, o cenário em que se encontra essa dicotomia guerra *versus* paz, deve ser considerado na medida em que a influência dos Estados é atribuída, de maneira significativa, à estrutura do sistema.
- 3) Na terceira imagem, a anarquia internacional é a chave para ações que objetivam os Estados entrarem em guerra. No sistema de Estados soberanos, sem uma jurisdição supranacional, cada Estado busca expandir seu poder nos níveis interno e externo fazendo com que se verifiquem posições relativas de poder através, muitas vezes, do uso da força para alcançar seus respectivos objetivos.

Nesse sentido, as relações internacionais contemporâneas ainda encontram no neo-realismo um maior grau de aderência à realidade para compreensão dos comportamentos dos atores no sistema internacional. No caso dos Estados Unidos, quando emergem como principal potência tanto em *soft* com em *hard power*⁴², a política internacional passa a ser compreendida de forma distinta do período da Guerra Fria e, conseqüentemente, o Realismo Político, no caso específico do Afeganistão, acabou moldando a geoestratégia dos atores envolvidos no conflito.

Segundo Waltz (1979), os objetivos de cada Estado são traçados em função do meio interno, como estratégias para o aumento do poderio militar e das capacidades econômicas, e também do externo, na consolidação de alianças políticas para deixar sem alianças ao Estado opositor. Nessa mesma concepção, as alianças formadas contra o Afeganistão foram o suficiente para deixá-lo isolado dos demais Estados, logo quando se iniciou o conflito em 2001. Verifica-se, dessa forma, um realismo estratégico de modo em que cada ator toma uma certa decisão de acordo com a sua razão de Estado.

Com o fim da Guerra Fria e o 11 de setembro, os Estados Unidos se mantiveram como principal ator para se expandirem em todos os domínios de poder: ideológico, político, estratégico, militar, econômico, cultural e científico. Durante a ocupação soviética no Afeganistão, os Estados Unidos tiveram grande influência, dando apoio aos grupos mujahideen. O direcionamento para os problemas de questões nucleares no Sul da Ásia fez parte da geoestratégia dos Estados Unidos numa esfera macrossistêmica. A partir do ataques de 11 de setembro houve uma continuidade dessa expansão, por meio da adoção da nova estratégia de segurança nacional, para combater as novas ameaças do terrorismo com ações preventivas da Doutrina Bush.

Nesse sentido, a não permissão de outra potência com o mesmo poderio passa a fazer parte da estratégia dos Estados Unidos para o estabelecimento de uma hegemonia a nível mundial, tentando substituir, em alguns casos, o papel de organismos internacionais, como a OMC, ONU, OEA, dentre outros, e intervir nos mecanismos internacionais para a segurança coletiva, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esse alcance estratégico para o estabelecimento do *status quo*, tem feito parte da política externa dos Estados Unidos desde a sua independência em fins do século XVII.

A partir dos conflitos no Afeganistão, a política de segurança estratégica dos Estados Unidos, como analisada nas fontes de pesquisa, passou a ser entendida como punitiva na

⁴² NYE JR, Joseph S. **O paradoxo do poder Americano**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

medida em que foi externada por meio das ações preventivas da Doutrina Bush. Nesse contexto, o regime Talibã devia ser punido pelo seu apoio prestado a Osama Bin Laden e à organização Al-Qaeda ao passo que as ações preventivas visavam estabelecer na região o controle do terrorismo com políticas de segurança a longo prazo (Jorge, 2009). Dessa forma, a política internacional dos Estados Unidos se apresenta como principal protagonista do Realismo político no sistema internacional.

O Afeganistão, não só nesses acontecimentos como também ao longo dos anos, tem sido alvo estratégico de alguns países ao decorrer da história das relações internacionais. Durante o século XIX, a região foi disputada por países como a Rússia e a Inglaterra; na segunda metade do século XX, ou especificamente na Guerra Fria, a União Soviética invadiu o país para ampliar sua esfera de influência socialista; a partir do ataques de 11 de setembro, o Afeganistão foi invadido por forças armadas das coalizões militares tendo como principal ator os Estados Unidos.

Nessas condições, a presença das forças de coalizão, e principalmente dos Estados Unidos, acentuaram os interesses geopolíticos na região do Oriente Médio a partir dos conflitos em território afegão. Alguns afegãos acreditam que os Talibãs são apoiados pelos Estados Unidos como forma de dar continuidade à guerra no país para conter a emergência da China e manter a segurança no que tange à questão energética na Ásia Central (Jorge, 2009).

Os Estados Unidos procuraram manter o controle do Afeganistão por meio de aliados estratégicos. Essas coalizões políticas e militares foram determinantes para isolar o Afeganistão dos demais países (Arantes Jr, 2002). Ao visualizar o panorama geopolítico da região, o Paquistão, como analisado no capítulo anterior, tem desenvolvido um papel determinante na política estratégica dos Estados Unidos.

Em contrapartida, o Paquistão possui profundas ligações com o Afeganistão. A influência do movimento pashtun, em ambos os países, é um dos fatores fundamentais para se entender o quadro geoestratégico do Paquistão no Afeganistão, uma vez que o movimento pashtun, majoritário nos dois países, ambicionava, entre o período de 1949 e 1967, a criação de um Estado independente que se chamaria *Pashtunistão* (Arantes Jr, 2002). A posição geograficamente próxima entre o Paquistão e o Afeganistão, verificada logo no mapa a seguir, foi condição imprescindível para os Estados Unidos encontrarem um aliado estratégico contra o Talibã. Além do mais, as facilidades político-diplomática, econômicas e logísticas também fizeram parte de um arcabouço de interesses entre os dois países.

O Afeganistão, localizado geograficamente no Hemisfério Norte, é um país situado na Ásia Central, constituindo uma importante posição geoestratégica da Ásia do Sul com o

Oriente Médio. Além de possuir uma economia de subsistência ligada à agricultura, ainda continua sendo um dos países mais pobres do mundo. Durante a invasão da URSS, o país teve suas estruturas de irrigação destruídas. Esse acontecimento acabou afetando a economia do país, deixando-o, até o presente momento, dependente de ajuda internacional.

Mapa do Afeganistão



Fonte: Perry-Castañeda Library Map Collection, The University of Texas at Austin⁴³

Contudo, na região ao redor do Afeganistão encontra-se grandes produtores de petróleo e gás natural, como a Arábia Saudita e o Irã, por exemplo, e países com interesses nessa matriz energética, como a Índia, Paquistão (como potências nucleares rebeldes) e principalmente os Estados Unidos. Além do mais, o Golfo Pérsico é, de fato, uma área

⁴³ Disponível em:

<http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/txu-oclc-309295540-afghanistan_pol_2008.jpg>. Acesso: 16 set. 2010.

estratégica que pode servir de canal para o escoamento do petróleo e gás natural e, devido à posição geográfica do Afeganistão, apresenta-se como meio a ser explorado economicamente não só pela matriz energética como também pela expansão de grupos terroristas em um ambiente marcado pelo fundamentalismo religioso e pelo mercado de drogas, que constitui um elemento propulsor da economia nacional. Além dessa política geoestratégica e do jogo de poder para com o Afeganistão, a política externa dos Estados Unidos tem sofrido muita pressão nacional dos grupos de interesse. A indústria bélica tem feito com que os gastos militares cheguem a níveis exagerados. Em uma breve explanação, entre o período de 2005 e 2006, os gastos militares durante a administração do governo Bush alcançaram níveis superiores a US\$ 500 bilhões, equivalentes 44,1% do total dos gastos militares mundiais, estimados anualmente em aproximadamente US\$ 1,2 trilhões de dólares.

TABELA 3 - Gasto Militares dos Estados Unidos – 1997 a 2009

Em constante (2008) US\$ m.						
Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2003
Valores	370,627	362,277	363,170	377,228	380,271	485,975
Anos	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Valores	529,673	554,930	563,549	578,340	616,073	663,255

Fonte: *Stockholm International Peace Research Institute*⁴⁴

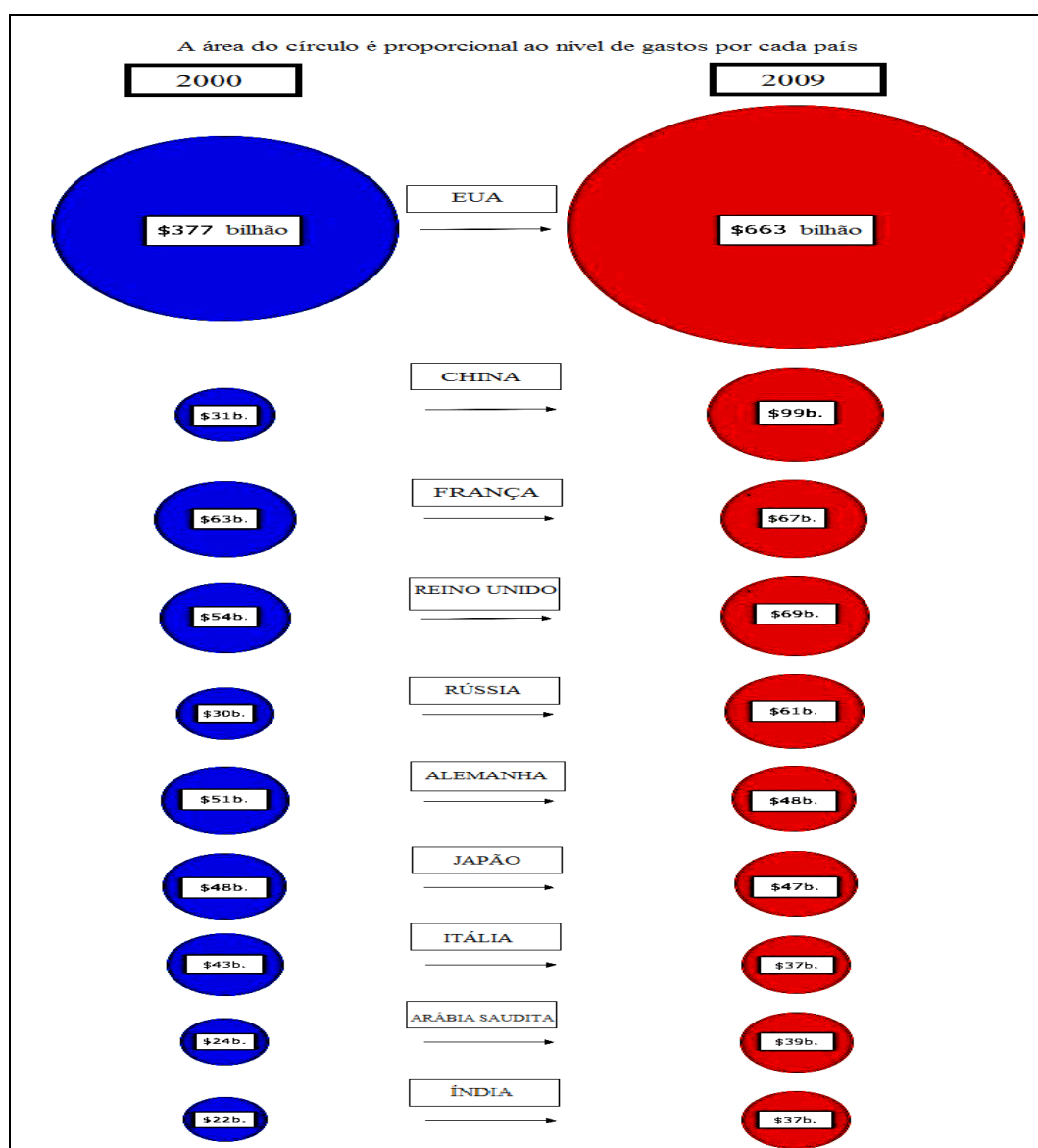
De acordo com o SIPRI – *Stockholm International Peace Research Institute*, os Estados Unidos direcionam grande parte do seu PIB para gastos com defesa. Isso pode implicar que, quanto maior for o percentual com gastos militares comparado com seu PIB, outras áreas básicas para a sociedade, como educação, infra-estrutura e saúde, teriam menos atenção quanto aos investimentos públicos.

O governo de Bush aumentou significativamente os gastos militares com as guerras no Afeganistão e no Iraque. No entanto, ainda durante a Guerra da Secessão (1861-1865), os republicanos dos Estados Unidos argumentaram contra os democratas pelo fato de elevarem os impostos e aumentarem as despesas. E será que o governo de Bush se preocupou com os

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.sipri.org/research/armaments/>>. Acesso: 16 set. 2010.

extraordinários gastos com a defesa e direcionou um percentual maior para as questões fundamentais à sociedade? A guerra do Afeganistão e do Iraque tem mostrado que as despesas para esta finalidade estão gradativamente aumentando. Ao analisar os gastos militares do país, verifica-se que houve um rápido aumento antes de 2001 e posteriormente a invasão do Iraque em 2003.

TABELA 4 - O comportamento dos dez maiores países em gastos militares de 2000 a 2009, em constante US\$ (2008)



Fonte: *Stockholm International Peace Research Institute*⁴⁵

Após a Guerra Fria, a evolução dos gastos militares esteve ligada às sucessivas guerras

⁴⁵ Disponível em:

<http://www.sipri.org/research/armaments/milex/resultoutput/trendgraphs/Top10bubble/top10bubble2009/image_view_fullscreen>. Acesso: 16 set. 2010.

como a do Golfo em 1990, do Afeganistão em 2001 e a do Iraque em 2003, fazendo com que a permanência de tropas dos Estados Unidos elevassem, de certa forma, suas despesas com custos militares.

Nesse contexto a evolução dos gastos bélicos de 2000 foi de aproximadamente US\$ 377 bilhões, tendo em vista que, em 2009, os gastos alcançaram o montante aproximado de US\$ 663 bilhões, não obstante o desenvolvimento tecnológico e, no segundo período do governo Bush, os acordos diplomáticos conduzidos pela Secretária de Estado Condoleezza Rice.

Nessa perspectiva, a tendência é que esses parâmetros se tornem ascendentes, uma vez que as guerras no Afeganistão e no Iraque ainda fazem parte da política de segurança dos Estados Unidos (Jorge, 2009). A saída dos Estados Unidos tanto do Iraque como do Afeganistão, mesmo tendo previsões para serem efetivadas, ainda é um processo lento que implica, antes de tudo, a presença das forças armadas no respectivo conflito. Isto pode significar, na prática, novas elevações dos gastos bélicos que motivaram as elevações imediatas de impostos e, como consequência, o fortalecimento e participação das indústrias bélicas. Em contrapartida, verifica-se uma reduzida possibilidade de promoção de efeitos distributivos para a classe média dos Estados Unidos, além de efeitos mediatos na estrutura de consumo familiar, que já se acentuam como exorcistas do dinamismo do PIB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resposta inicial dos Estados Unidos para o Afeganistão aos ataques de 11 de setembro foi a intervenção dentro do país para retirada do regime Talibã do poder, estabelecendo bases para caçada à Al-Qaeda. As forças de coalizões políticas e militares foram formadas para isolar o Afeganistão dos demais países. Os aliados, interno e externo, determinaram a influência estratégica dos Estados Unidos para manutenção de sua hegemonia a nível regional e internacional.

Os ataques ocorridos em 11 de setembro de 2001 foram fatos que marcaram a política internacional e de maneira significativa os Estados Unidos e o Afeganistão. O Terrorismo, logo após os atentados, ao mesmo tempo em que se tornou foco da política estratégica de segurança internacional dos Estados Unidos, mostrou-se como um fenômeno que abrange todo sistema global e para ser enfrentado não se deve apenas fazer uso de ações militares, mas também de iniciativas que passam pelo aspecto cultural. A hegemonia dos Estados Unidos chegou a ser questionada devido ao seu aparato militar já reconhecido durante a Guerra Fria.

Como delineado na introdução do presente trabalho, um dos objetivos era demonstrar que as intervenções em território afegão para a manutenção da paz e a segurança, a nível local e internacional, não foram o *spotlight* da política externa dos Estados Unidos durante o governo Bush e, até o presente, do governo Obama. Além do mais, como citado no terceiro capítulo, o conflito ocorrido após 11 de setembro de 2001 no Afeganistão coaduna com os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos em continuar suas ações militares no território, influenciados por fatores de política doméstica.

Ao início das operações militares na região afegã, a dinâmica manutenção da paz e segurança internacionais tornou-se pano de fundo para ações realistas dos países envolvidos no conflito. O conflito ocorrido após 11 de setembro de 2001 no Afeganistão constituiu, antes de tudo, um conjunto de os interesses políticos e econômicos, securitários e econômicos na região, tendo como principal ator os Estados Unidos. A adoção de métodos ilimitados na guerra e o crescimento hegemônico dos Estados Unidos fizeram parte das características da política externa ao longo da história. Com a transformação militar na administração do governo Bush, os Estados Unidos utilizaram novas táticas de guerra com Operações Especiais não só através do poder aéreo bem como a utilização de aliados locais, no caso a Aliança do Norte (Jorge, 2009).

A política de segurança internacional, influenciada pelos grupos de interesse nacional, teve na Doutrina Bush uma nova reorientação para os assuntos de defesa. As ações unilateralistas de Bush marcaram a política de segurança dos Estados Unidos, tendo no Conselho de Segurança das Nações Unidas, um complexo jogo de força, poder e interesse para legitimidade de suas ações no cenário internacional, mais precisamente no Afeganistão.

Em um nível macro os Estados Unidos tem buscado logo após a Guerra Fria manter seu status de potência hegemônica. O poder internacional dos Estados Unidos, de fato, ainda se encontra bem distribuído em suas variáveis: cultural, econômico-financeiro, político-diplomático, geodemográfico e militar. Os níveis interno e externo se encontram em uma linha tênue na política estadunidense. Verifica-se também que os interesses nacionais, ainda determinam a política externa do país quando se trata de defesa. Os gastos militares dos Estados Unidos são mais elevados do mundo. Os grupos de interesses acabam, dessa forma, influenciando na condução da guerra. As indústrias da guerra no país têm exercido pressão interna, projetando para o externo (Putnam, 1988).

Em nível regional, o Oriente Médio tem sido alvo de algumas nações para elaboração de políticas estratégicas quanto aos recursos energéticos. Na guerra no Afeganistão e, mais visivelmente, no Iraque são notórios os interesses com o petróleo. A geopolítica do Afeganistão, analisada no presente trabalho, tem sido um dos planos estratégicos para continuidade das coalizões militares agirem no país. Há ao redor do Afeganistão, grandes produtores de petróleo e gás natural. Além disso, o Golfo Pérsico é visto pela potência como um caminho estratégico para expansão do terrorismo e do processo de escoamento de drogas, principal fonte de renda do Afeganistão, petróleo e gás natural.

O conflito no Afeganistão iniciado em 2001, anteriormente explanado, confirma assim, a hipótese de que as intervenções militares ocorridas no Afeganistão após os atentados em New York e Washington não são justificativas em nome da paz e segurança internacionais, mas um complexo jogo de poder, de força e de interesse que possui como uma de suas bases fundamentais a segurança estratégica dos Estados Unidos na região do Oriente Médio e, em especial, no Afeganistão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: IPRI, UnB e Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª ed., 2007.

CASTRO, Thales. **Conselho de Segurança da ONU: unipolaridade, consensos e tendências**. Curitiba: Juruá, 2007.

_____. **Elementos de Política Internacional: Redefinições e Perspectivas**. Curitiba: Juruá, 2009.

CHOMSKY, Noam. **11 de Setembro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

FERREIRA, Argemino. **O império contra-ataca: As guerras de George W. Bush, antes e depois do 11 de setembro**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GRIFFITHS, Martin. **50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2004.

HAAS, Richard. **Intervention: the use of American military for in the post-cold war world**. Washington: Carnegie, 1994.

HOBBSBAWN, Eric. **A era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 18ª ed. 2004.

_____. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JACKSON, Robert; SORESEN, Gerg. **Introdução às Relações Internacionais: Teorias e Abordagens**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 200**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE JR, Joseph S. **O paradoxo do poder Americano**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

PECEQUILO; Cristina S. **A política externa dos EUA: continuidade ou mudança?** Porto Alegre. Ed. UFRGS. 2ª ed. 2005.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 11ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SODERBERG, Nancy. **The Superpower Myth: the use and misuse of the American might**. Hoboken, John Wiley & Sons, 2005.

TODD, Emmanuel. **Após o Império**. Lisboa: Edições 70, 2002.

WRIGHT, Lawrence. **Vulto das Torres, A Al-Qaeda e o Caminho até 11/09**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KEMAN, Hans; KLEINNIJENHUIS, Jan; PENNING, Paul. **Doing Research in Political Science second edition: An Introduction to Comparative Methods and Statistics**. London: Sage Publications, 2ª ed, 2006.

ARTIGOS

ALBRIGHT, Madeleine. Pontos, bombas ou tumulto? In: **Política Externa**. São Paulo: Paz e Terra, vol. 12, n.3, dez./jan./fev. 2003-2004.

AMORIM, Paulo Jorge. **A Revisão da Política Externa Norte Americana no Pós 11 de Setembro de 2001: O Século Americano.** Disponível em: <http://www.ciari.org/investigacao/a_revisao_da_pe_eua_pos_11_setembro.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2010.

ARANTES JR, Abelardo. O Conflito de 2001 no Afeganistão e suas implicações para a ordem internacional. In: **Política Externa**. São Paulo, v.11, n.1, p. 41-64, jun./ago. 2002.

AYERBE, Luis Fernando. Os Estados Unidos e as Relações Internacionais Contemporâneas. In: **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 2, p. 331-368, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://publique.rdc.puc-rio.br/contextointernacional/media/Ayerbe_vol27n2.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2010.

BARBOSA, Rubens Antônio. Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 45, n.1, Brasília, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 fev. 2010.

BOTELHO, Teresa. Os Estados Unidos no fim da Presidência Bush ainda a nação indispensável? In: **Relações Internacionais**, n.19, p.21-31, set. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n19/n19a03.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

BUSH, George W. A estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos da América. In: **Política Externa**. São Paulo: Paz e Terra, vol. 11, n.3, dez./fev. 2002-2003.

CARLNAES, Walter. Foreign Policy. In: **Handbook of International Relations**. London: Sage Publications, 2002.

CHOMSKY, Noam. A nova guerra contra o terror. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.16, n.44, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 mar. 2010.

DUPAS, Gilberto. Fundamentos, contradições e conseqüências hegemônicas. In: **Política Externa**. São Paulo: Paz e Terra, vol. 11, n.3, dez./ fev. 2002-2003.

FRANCO, Manuela. Barack Obama vs as guerras da Ásia Ocidental. **Relações Internacionais**, n.21, p.143-166, mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992009000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2010.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R (2003). “As Três Versões do Neo-Institucionalismo”. **Lua Nova**, 58: 193-223.

HUNTINGTON, Samuel. A superpotência Solitária. In: **Política Externa**, vol. 8, n. 4, mar.-maio, 2004.

JERVIS, Robert. The Remaking of a Unipolar World. **The Washington Quarterly**, Washington, v. 29, n. 3, p. 7-19, Summer 2006. Disponível em: <http://www.twq.com/06summer/docs/06summer_jervis.pdf>. Acesso em : 09 de jul. 2010.

JOHNSON, Thomas H.; MASON, M. Chris. Travando Novamente a Última Guerra: o Afeganistão e o Modelo do Vietnã. **MilitaryReview**, p.3-17, mar./abr. 2010. Disponível em: <http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20100430_art004POR.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2010.

KRAUTHAMMER, Charles. A new type of realism. **The National Interest**, Washington: The Nixon Center, 2003. Disponível em: <<http://www.nationalinterest.org/Article.aspx?id=18200>>. Acesso em: 09 jul. 2010.

LEIS, Héctor Ricardo; VIOLA, Eduardo. Unipolaridade, governabilidade global e intervenção unilateral anglo-americana no Iraque. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.47, n.2, Brasília, jul/dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292004000200002&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 01 fev. 2010.

MOREIRA JR. Hermes. Os Estados Unidos e a Manutenção da Ordem Internacional: A Guerra contra o Terrorismo como Elemento Ordenador. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos2009/hermes_moreira_jr.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2010.

PECEQUILO, Cristina Sorena. Os EUA e o Reordenamento do Poder Mundial: Renovação, Permanência ou Resistência? Disponível em: <http://www.brazilworks.org/files/Cristina_Pecequilo_EUA_2008_1_.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2010.

_____. Bush II: A ascensão neoconservadora ou o novo declínio? **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Vol. 5, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/8/1601>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

POLÍTICA EXTERNA. EUA e a Ordem Mundial: uma nova doutrina? São Paulo: Paz e Terra, v. 12, n.1, jun./ago. 2003.

_____. Bush II e as tensões globais. São Paulo: Paz e Terra, vol. 13, n.4, mar./maio. 2005.

PROCÓPIO, Argemiro. Terrorismo e Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.44, n.2, Brasília, jul/dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292001000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 ago. 2010.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. *International Organization*, vol. 42, issue 3, p.427-460, Summer 1988. Disponível em: <http://b37.moelabs.org/Teoria_das_ri_I-Rafael_Pons/I_Semestre/Diplomacy_and%20Domestic_Politics_The_Logic_of%20_JDN.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2010.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Doutrina Bush foi gerada há dez anos. **Política Externa**. São Paulo. vol.11, n.3, p.50-54, dez./fev. 2002-2003.

VIANNA, Alexander Martins. Paradoxos da política externa de Barack Obama – Anno Primo. **Revista Espaço Acadêmico**, vol. 9, n. 105, p. 112-132, fev, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewArticle/9187>>. Acesso em: 14 abr. 2010.

DISSERTAÇÕES

JORGE, Bernardo Wahl Gonçalves de Araújo. **As Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos e a Intervenção no Afeganistão: Um Novo Modo de Guerra Americano?** 2009. 145f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC-SP (“San Tiago Dantas”), São Paulo, 2009.

SARAIVA, Rodrigo Motta. **Legítima defesa ou represália? O uso da força no conflito armado de 2001 no Afeganistão.** 2009. 112f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DOCUMENTOS E RELATÓRIOS OFICIAIS

CARTA DA ONU E O ESTATUTO DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTION: 1368 (2001). Disponível em: <<http://daccess-dds->

ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/533/82/PDF/N0153382.pdf?OpenElement>. Acesso em: 15 jun.2010.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTION: 1373 (2001). Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/557/43/PDF/N0155743.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 15 jun.2010.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTION: 1377 (2001). Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/633/01/PDF/N0163301.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 15 jun.2010.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTION: 1378 (2001). Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/638/57/PDF/N0163857.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 18 jun.2010.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTION: 1383 (2001). Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/681/09/PDF/N0168109.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 18 jun.2010.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTION: 1386 (2001). Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/708/55/PDF/N0170855.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 18 jun.2010.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTION: 1536 (2004). Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/226/69/PDF/N0422669.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 21 jun.2010.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTION: 1566 (2004). Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/286/53/PDF/N0428653.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 21 jun.2010.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTION: 1623(2005). Disponível em:

<<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/509/56/PDF/N0550956.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 21 jun.2010.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTIONS: 1805 (2008). Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/279/25/PDF/N0827925.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 21 jun.2010.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTIONS: 1810 (2008). Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/318/65/PDF/N0831865.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 29 jun.2010.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL RESOLUTIONS: 1833 (2008). Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/514/49/PDF/N0851449.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 29 jun.2010.

SITES

Disponível em: <<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=71>>. Acesso em: 10 set. 2010.

Disponível em: <<http://icasualties.org/oef/>>. Acesso em: 10 set. 2010.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/07/raio-x-da-guerra-afeganistao.html>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/milex/resultoutput/trendgraphs/Top10bubble/top10bubble2009/image_view_fullscreen>. Acesso em: 16 set. 2010.

Disponível em: <http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2009/cpi_2009_table>. Acesso em: 10 set. 2010.

Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/perfil-do-refugio-no-mundo-2010/>>. Acesso em: 10 set. 2010.